

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 455
23 de Setembro de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

**FASCISTAS LIBANESES
TROPAS SIONISTAS
IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO
RESPONSÁVEIS
PELOS MASSACRES DE BEIRUTE**

LIBANO

Solidariedade do PCP

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP enviou a Yasser Arafat, Presidente da OLP o seguinte telegrama:

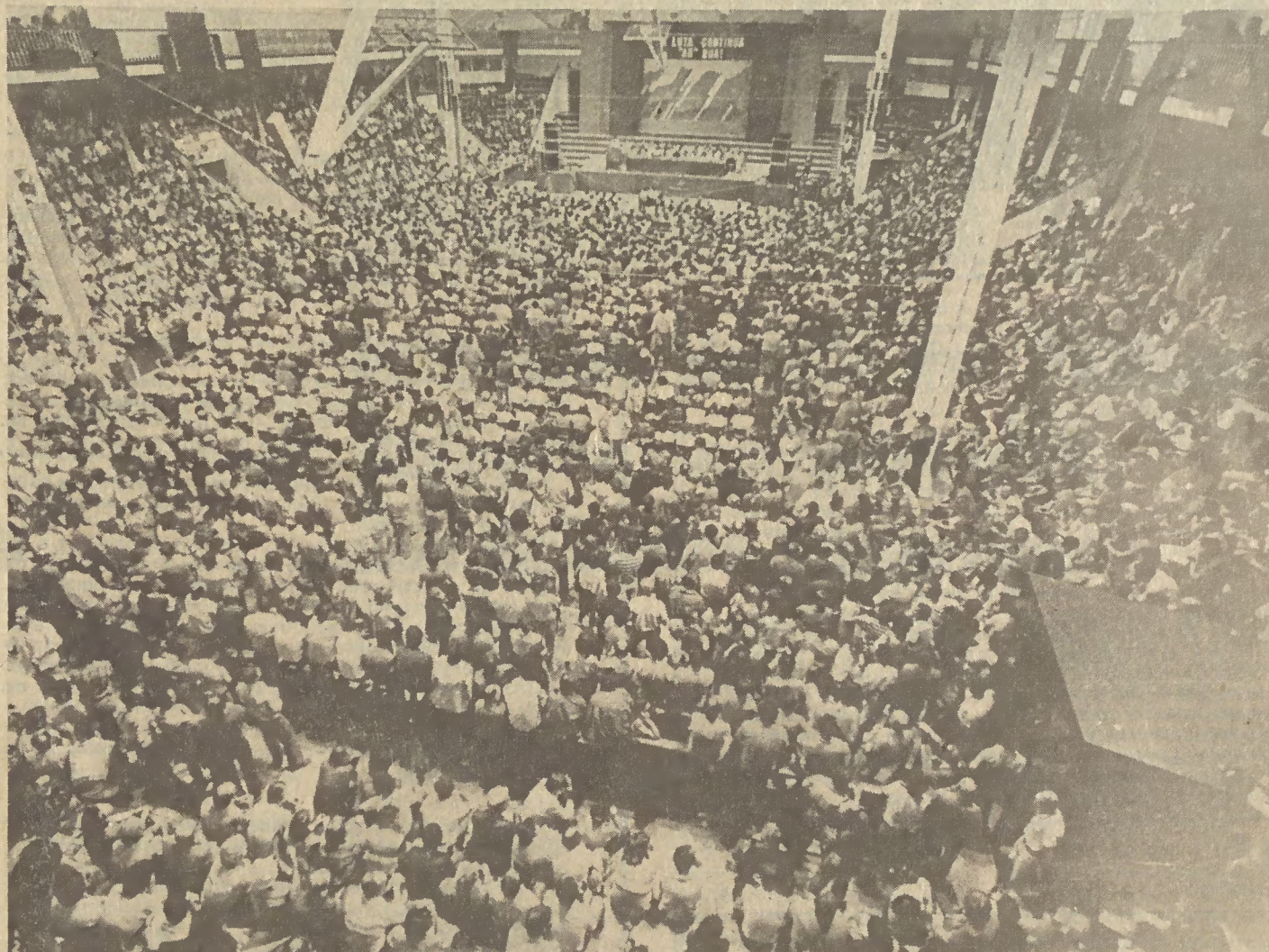
Inteira solidariedade do PC Português à OLP e ao povo palestino com a indignada condenação do crime de genocídio em Beirute, praticado pelos falangistas libaneses e pelas tropas sionistas, com a responsabilidade directa do imperialismo norte-americano que os apoia e incita.

Manifestação em Lisboa

Convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, realiza-se **amanhã**, às **19 horas**, em Lisboa, frente à embaixada de Israel uma **manifestação** de protesto contra os massacres de Beirute e de solidariedade com o povo palestino - **Pág. 8**



Campo de Sabra, em Beirute Ocidental: uma mulher palestina chora face aos corpos dos seus familiares assassinados. À esquerda, um voluntário da Cruz Vermelha espalha desinfetante. (Telefoto Anop)



O Pavilhão dos Desportos encheu-se para o comício da passada sexta-feira

COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO INTENSIFICAR A LUTA ALARGAR A UNIDADE

Discursos de Álvaro Cunhal e José Casanova nas páginas centrais



Os camaradas Ali Sukrija, membro da presidência do CC da LCJ, e Bora Milosevic com os camaradas Jerónimo de Sousa, Jorge Araújo, Álvaro Cunhal e Albano Nunes durante o encontro do PCP com a delegação da LCJ

**AMIZADE PCP - LIGA
DOS COMUNISTAS DA JUGOSLÁVIA**

**Festa
Alentejana**

BEJA

25 e 26 de Setembro

Carlos Mendes
Luísa Basto • João Fernando
Grupo Trovante
Jáfumega

domingo Comício

com **Álvaro Cunhal**

**COMÍCIO
DE HOMENAGEM
AOS CAMARADAS
CARAVELA E CASQUINHA**

COM A PRESENÇA DE

**ÁLVARO
CUNHAL**

SECRETÁRIO GERAL DO PCP

**DIA 26-SETEMBRO.82
DOMINGO
ÀS 16 HORAS
NO CAMPO DE FUTEBOL
DO ESCOURAL**

SEMANA

15

Quarta-feira



Trabalhadores da Lisnave

Os trabalhadores da Lisnave paralisam durante todo o dia exigindo a revogação de uma ordem de serviço da administração, que pretende retirar aos trabalhadores numerosas regalias há muito conquistadas. ■ Os órgãos distritais do PSD no Porto decidem «encetar isoladamente, de imediato, a preparação das suas listas e da respectiva campanha paa a autarquia portuense»; desentendimentos com o CDS estão na base desta decisão. ■ Denunciando a política de «mentira descarada e de elitismo» do Governo AD, representantes dos trabalhadores da Reforma Agrária desafiam os responsáveis do MACP para um debate televisivo. ■ Começa em Viena de Áustria, com a participação de 52 países, uma reunião sobre questões relacionadas com a energia nuclear. ■ O líder da OLP, Yasser Arafat, é recebido pelo Papa João Paulo II, enquanto no Líbano as tropas israelitas aproveitam a morte de Beshir Gemayel para invadir Beirute Ocidental, onde se encontram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila.

16

Quinta-feira



Álvaro Cunhal e Ali Sukrija

A convite do PCP, chega a Lisboa uma delegação da Liga dos Comunistas Jugoslavos presidida por Ali Sukrija, da presidência da LCJ. ■ O Comité Local do PCP anuncia que as listas APU na cidade de Lisboa para as próximas eleições autárquicas vão integrar

«um significativo número de candidatos ligados a outras forças políticas, nomeadamente ao PS». ■ O TP recebe a comissão parlamentar para os assuntos de Timor-Leste, que lhe entregou um relatório sobre a situação naquele território ocupado pela Indonésia. ■ A UEDS solicita ao presidente da AR a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia para interpeleção do governo sobre a política de informação e a situação da Anop. ■ A OCDE informa em Paris que Portugal continua a ser dos países membros da organização com maiores índices de inflação. ■ Dados oficiais publicados em Londres indicam que o nível de vida na Grã-Bretanha desceu mais de 2 por cento em 1981, a maior quebra desde a II Guerra Mundial. ■ O primeiro-ministro libanês, Chafic Wazzan, responsabiliza a administração norte-americana pelo avanço das tropas israelitas em Beirute Ocidental e pede uma reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

17

Sexta-feira

Milhares de pessoas participam num comício do PCP em Lisboa, onde Álvaro Cunhal afirma que o PCP vai reforçar a luta «para afastar de uma vez para sempre a AD do Poder». ■ O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-Inf decide intensificar a luta em todas as frentes para fazer face à política do governo AD e exige, entre outras coisas, a fixação do salário mínimo nacional em 13 500 escudos, a partir de 1 de Outubro. ■ Os trabalhadores da Lisnave voltam a paralisar, em defesa das regalias conquistadas e contra os planos de entrega da empresa à iniciativa privada. ■ Oliveira Dias, presidente da AR, anuncia que a Comissão Permanente da Assembleia da República foi convocada para se reunir na próxima terça-feira à tarde, para sequência de um requerimento apresentado pela UEDS, para decidir sobre a realização de uma sessão extraordinária da AR. ■ O Conselho de Informação da Anop informa que a empresa pode paralisar no final do mês, caso não lhe sejam atribuídas verbas para o seu funcionamento. ■ O chanceler alemão Helmut Schmidt forma um governo minoritário composto exclusivamente por elementos do SDP. ■ Israelitas e fascistas libaneses chacinam em Beirute Ocidental milhares de pessoas.

18

Sábado



Encontro da APU

Militantes do PCP, do MDP/CDE e independentes reúnem-se em Almada num encontro da APU para preparar as próximas eleições autárquicas. ■ O vice-almirante da Armada Portuguesa, Elias da Costa, assume o comando da Área Ibero Atlântica (NA-TO). ■ É confirmada pelo juiz de instrução a prisão de uma mulher, pela Polícia Judiciária do Porto, acusada de praticar aborto numa jovem de 20 anos que morreu na sequência do mesmo. ■ Um dirigente do PSD na Guarda anuncia que os partidos da AD apenas vão concorrer em listas conjuntas, nas próximas eleições autárquicas, em quatro dos catorze concelhos do distrito. ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena por unanimidade a invasão de Beirute Ocidental pelas tropas sionistas e exige a sua retirada imediata para as posições anteriores. ■ A URSS lança para o espaço um foguetão transportando alimentos e outros mantimentos para os cosmonautas que se encontram a bordo da estação espacial Saliut-7, desde 13 de Maio.

19

Domingo

Ramalho Eanes, em visita ao concelho de Vila Nova de Poiares, lembra que «a legitimidade eleitoral, que é a pedra angular de todas as instituições democráticas, não pode ser entendida de modos diferentes conforme se interprete o seu significado no plano local ou no plano nacional». ■ O secretário da Federação Distrital do PS em Viseu demite-se em bloco por lhe ter sido imposto um mandatário distrital com vista às eleições autárquicas, sem consulta prévia, o que é considerado como um atestado de desconfinção política pelos socialistas locais. ■ O massacre de civis palestinianos em Beirute provoca uma condenação unânime de Israel, mesmo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde desta vez os EUA não se absteram nem usaram do direito de veto. ■ Na sequência de grandes lutas populares e operárias, o Governo da Bolívia anuncia que vai convocar para a próxima semana o congresso de deputados eleito em 1980 e que o violento golpe de Estado impediu de tomar posse. ■ O Banco Central dos Estados Unidos informa que as fábricas norte-americanas funcionaram apenas a 69,4 por cento da sua capacidade em Agosto deste ano, o mais baixo nível desde Março de 1975.

20

Segunda-feira

Pinto Balsemão anuncia em Castelo Branco que o Governo vai prosseguir a sua ofensiva legislativa apresentando em breve propostas de lei da limitação de sectores produtivos, das bases gerais da Reforma Agrária e do arrendamento rural. ■ Os sindicatos da EDP decidem convocar nova greve para a primeira quinzena de Outubro, caso o Governo não recue na ofensiva contra a empresa. ■ O ministro da Administração Interna é acusado de envolvimento na «operação Kubango», destinada a derrubar o regime angolano; o ministro angolano das Relações Exteriores afirma aguardar os resultados do inquérito ordenado pelas autoridades portuguesas sobre a «operação Kubango». ■ O Partido Social-Democrata da Suécia, dirigido por Olof Palme, ganha as eleições e vai formar o governo com o apoio dos comunistas suecos.

21

Terça-feira

O Governo «AD» e a CEE chegam a acordo, em Bruxelas, sobre os cinco *dossiers* incluídos no segundo pacote das negociações de adesão à Comunidade; o acordo inclui o regime do comércio têxtil nos períodos de pré e pós-adesão e nele prevalecem no essencial as posições da CEE. ■ Jornalistas árabes em Lisboa denunciam os crimes que estão a ser cometidos contra o povo palestiniano e libanês. ■ Amin Gemayel é eleito presidente do Líbano, enquanto em Israel Begin impede a realização de um inquérito aos massacres de Beirute, que continuam a provocar manifestações de repúdio em todo o mundo. ■ Começa na cidade da Praia uma cimeira dos chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão portuguesa.

Editorial

AUTARQUAS – TAREFA POLÍTICA IMEDIATA

Na irrequieta «bússola» em que a situação portuguesa se vai desenvolver no último quartel de 1982 é indispensável, para os destinos imediatos do regime democrático, que as forças patrióticas mais consequentes não percam o «norte» e tomem audaciosamente nas suas mãos a iniciativa política.

Importantes tarefas estão em mãos das forças democráticas, condições excepcionalmente favoráveis existem para as conduzir a bom termo, e de admitir que a correlação de forças políticas e sociais se venha ainda a acentuar no futuro próximo a favor da democracia.

Dentre essas tarefas devem destacar-se pela sua importância política o processo de revisão constitucional, ainda por ultimar e com um relevo particular a realização das eleições autárquicas, em princípio apontadas para 12 de Dezembro.

São frentes de uma importante batalha política em que a vitória está ao alcance das forças democráticas e a derrota dos inimigos de Abril se tornará inevitável se os democratas portugueses se dispuserem a lutar empenhadamente pelos objectivos centrais da causa democrática na fase actual.

No momento actual aprofunda-se a crise económica e social resultante da política antipopular e antinacional do Governo «AD»; a coligação reaccionária governante, num desigual processo de regressão (de perda de força e influência políticas e de coesão interna) joga em pleno na desestabilização generalizada do regime com vistas a atingir no mais curto prazo de tempo os seus objectivos golpistas. A guerrilha institucional é a sua expressão política mais aguda.

É um jogo chelo de riscos ínsas à reacção não lhe resta outro recurso para tentar segurar-se na área do Poder. É notório que o medo de perderem as posições que ocupam no aparelho de Estado agita os círculos dirigentes da Aliança reaccionária e o receio de serem desalojados antes da modificação efectiva do sistema de poderes os compele a manobrar num terreno movediço.

Não obstante, a realização do plano subversivo da «AD» contra a democracia e o 25 de Abril prossegue activamente em todos os domínios.

A máquina governativa, os instrumentos políticos e repressivos que as posições de Poder lhes proporcionam, os órgãos de comunicação social estatizados que controlam, tudo isso é descaradamente manipulado e mobilizado para dar expressão prática tão breve quanto possível às alterações produzidas através da lei de revisão inconstitucional da Constituição e também para a exploração política imediata dos dividendos que o inqualificável bandeamento de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS proporcionam à reacção.

É, pois, uma situação cujos perigos devem avaliar-se na sua justa medida.

Entretanto, alguns factos políticos devem aqui registar-se como dados objectivos para a compreensão da situação complexa que vivemos.

O Governo Balsemão/Freitas do Amaral, que actua já como se a revisão inconstitucional da Constituição estivesse promulgada — e ainda não foi — entregou aos partidos com representação parlamentar — menos ao PCP, que se recusou a recebê-lo e a pactuar com tal ilegalidade e atropelo à Constituição — o projecto de lei complementar para a formação do Tribunal Constitucional, previsto na lei de revisão «AD»/PS, e também, na linha das alterações constitucionais votadas, um projecto de lei de Defesa Nacional cozinha-do nos bastidores por Freitas do Amaral e Jaime Gama pela «AD» e o PS;

Balsemão anunciou em Castelo Branco novas propostas de leis de delimitação dos sectores, da Reforma Agrária e do arrendamento rural, que vão ser em breve enviadas à Assembleia da República;

O ministro dos Mellos da ex-CUF, João Salgueiro, acompanhado do ministro Balão Horta, foi à Bruxelas discuti-

tir com a CEE as formas de melhor gullhotinar a nossa indústria têxtil;

O processo de estrangulamento da ANOP deu mais um passo com a legalização da «NP» — a nova agência privada de notícias — que assinou já contratos com as grandes agências noticiosas dos países capitalistas;

O grupo parlamentar do PSD veio agora a público em comunicado com uma crítica acerba ao Presidente da República pelo atraso da promulgação da lei de revisão da Constituição, que nenhuma disposição legal obriga de facto a um prazo determinado;

No Porto, o CDS e a PSD, por determinação das direcções dos dois partidos, fecharam sobre o pus de divergências profundas uma frágil crosta de «entendimento» para apresentação de listas conjuntas às eleições autárquicas de 9 dos 16 concelhos do distrito;

Nun encontro com a Imprensa, e no seguimento de denúncia pelo jornal «Expresso», um dos participantes da «operação Kubango» contra a República Popular de Angola denunciou aos jornalistas o envolvimento do ministro Ângelo Correia na conspiração antiangolana, justificando mais uma vez a justiça da posição do PCP quando acusa o Governo «AD» de «cavalio de Troia» do neocolonialismo junto dos novos países africanos de língua portuguesa.

Num outro pólo, cresce significativamente a resistência popular à política e aos planos de subversão da «AD». Depois das poderosas acções de vários tipos de mais de 700 000 trabalhadores de 17 sectores laborais e 160 empresas durante o mês de Agosto, a greve metalúrgica de 150 000 trabalhadores na primeira semana de Setembro e a do dia 14 na EDP, participada por cerca de 90% dos efectivos da empresa, e outras greves e acções, com particular relevo para a combativa greve de ocupação dos operários da Lisnave contra os projectos de estrangulamento do sector naval pelo Governo e o patronato, marcam o recrudescimento do movimento operário e popular contra a política do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral.

As lutas parciais pela actualização dos salários, pelo pagamento dos salários em atraso, contra a repressão patronal, contra os despedimentos e a generalização arbitrária dos contratos a prazo assim como as importantes lutas camponesas e de outros sectores sociais adquirem uma crescente expressão política.

Principalmente as greves e concentrações em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações (na Lisnave, na Setenave, na Siderurgia, na EDP, na CTM e noutras empresas) revelam a elevada consciência política da classe operária e dos trabalhadores em geral, mostram que é impossível dissociar o movimento operário e popular da grande batalha política em que se decidem actualmente os destinos da democracia portuguesa.

O panorama político-partidário não pode deixar de reflectir a crise generalizada em que a «AD» mergulhou o País.

A política contra Abril de recuperação capitalista, o isolamento crescente da «AD», o bandeamento de Mário Soares e da sua gente com a direita, a falência do esquerdismo, o profundo descontentamento popular, claram uma nova realidade política que não tem expressão no quadro actual dos partidos.

Só o PCP, porque tem sabido desde a primeira hora desenvolver uma acção política consequente e acertada, inteiramente perfilada pelos interesses dos trabalhadores, do povo, do País e da democracia, tem visto reforçar as suas fileiras, alargar a sua força e influência políticas, fortalecer a sua participação decisiva na vida nacional como «grande partido da verdade, da esperança e do futuro».

O panorama dos partidos da direita, do PS e da ultra-esquerda é conhecido e concludente: a «AD» viu reduzir-se drasticamente a sua base política, social e eleitoral; o PSD e o CDS disputam-se por vezes com violência a hegemonia política no seio da coligação; o PSD digladiou-se entre «críti-

Iniciativas do PCP e da APU

A APU na Feira da Luz

O stand da APU, que tem sido um pólo de atracção na tradicional feira lisboeta, animar-se-á ainda mais no próximo fim-de-semana. Sábado e domingo, numa jornada de agitação a realizar ali para distribuição de documentos e venda de uma rifa da APU vão participar deputados e membros da Assembleia Municipal e também eleitos e candidatos a outros órgãos autárquicos do concelho de Lisboa.

Lisboa precisa de uma Câmara APU

Em Lisboa, onde, como noutro local noticiamos, está marcado para o próximo dia 5 de Outubro o Encontro Distrital de Militantes do PCP sobre as eleições autárquicas, o Comité Local anuncia que a constituição de listas se encontra em estado avançado em todas as freguesias da cidade. São 1500 candidatos já confirmados, incluindo cerca de 400 independentes e um número significativo de pessoas ligadas a outras forças políticas, nomeadamente ao PS. Aliás, segundo a DORL do PCP, em todo o distrito 28 socialistas aceitaram já fazer parte das listas APU. Em Loures, 150 democratas integram as listas APU; nas zonas rurais, muitos pequenos e médios agricultores fazem parte de listas, e é elevada a participação de jovens e mulheres.

Por iniciativa do PCP realizam-se na região de Lisboa no decorrer desta semana plenários de militantes com o objectivo central de ultimar a preparação de listas e discutir a campanha eleitoral: ontem reuniu em Vila Franca de Xira o plenário concelhio; amanhã haverá plenários em Cascais, Camarate e Rio de Mouro; no sábado, além do plenário da 2.ª Zona do Comité

«O PCP propôs...»

A propósito do artigo das centrais do suplemento do último «Avante!», impõe-se a correcção de três grialhas:

1. Na pág. 8, 1.ª coluna, onde se diz que a APU e o PS obtiveram em 1979 a maioria em 115 câmaras, pretendia dizer-se 110;
2. Na mesma pág. 8, 2.ª coluna, quando se diz que «os municípios com presidência «AD» correspondiam a 54% do total do país e os APU e PS a 46%» pretendia dizer-se que correspondiam «a 54% e a 46% do total da área do país»;
3. Nos quadros publicados na pág. 8 a expressão «concelhos com presidentes de câmara «AD» ganhos na eleição de 1979» pretendia dizer que os dados eleitorais considerados são os das eleições de 1979 para as Câmaras Municipais e não que esses concelhos foram ganhos pela «AD» ou pelos partidos que a integram pela primeira vez em 1979, o que nem sempre acontece.

FUNCHAL

no Jardim Municipal

3 Outubro

FESTA DA UNIDADE

organizada pela DORAM do PCP

com José Barata Moura e outros artistas

Bancas e barracas com comes-e-bebes

Comício com José Vitoriano

membro da Com. Pol. do CC

Local de Lisboa, realiza-se no Palácio Valenças, em Sintra, o encontro concelhio do PCP.

No âmbito da APU estão marcados também para esta semana: plenário da APU em Mosca, na sede do MDP/CDE; plenário da APU em Terceira; festa da APU no Cacém.

Listas na Covilhã

Para ontem estava anunciada a reunião das delegações do PCP e do MDP e de activistas independentes, que deve ter decidido sobre a proposta final de candidatos para a Câmara e para a Assembleia Municipal da Covilhã.

No próximo sábado, no lugar da Bouça, reúne-se o Plenário da Freguesia de Cortes do Meio para decidir também sobre a composição final da lista e elaboração do programa de candidatura a levar à discussão com a população.

Plenários no Baixo Mondego

O Organismo do Baixo Mondego do PCP, na análise a que procedeu sobre a situação das listas APU para as autárquias da região, concluiu que em todos os concelhos cresce a adesão e o entusiasmo de activistas, a prenunciar uma boa campanha eleitoral. Sendo preocupação central dos candidatos da APU ouvir as populações e empenhá-las na vida da sua autarquia, os

cos» e «balsemistas»; o CDS depena-se em combates de «pombas» e «falcões»; o PS, pela vergonhosa aliança de Mário Soares e do seu grupo com a direita, está profundamente dividido e enfraquecido; a UDP e o PC (recauchutado) acabam de se dividir e quase desintegrar — outros grupúsculos da ultra-esquerda desapareceram.

A decomposição do panorama político-partidário é uma realidade da hora actual e abre caminho a um novo reagrupamento de forças. Um importante espaço político está por ocupar. A formação de novos partidos é uma possibilidade assente em condições objectivas favoráveis.

O PCP não tem que estar a favor ou contra a formação de novos partidos desde que os cidadãos que os formem cumpram as disposições legais para a sua constituição.

Seja ele o partido-papão que se propõe apoiar o Presidente Eanes, seja o minipartido dos ecologistas ortodoxos, antinucleares ou clássicos, seja o partido da CAP ou anti-Casqueiro.

Naturalmente o PCP não é indiferente à orientação política e ao carácter de classe de formações partidárias, que se venham eventualmente a formar, tomará face a elas a posição adequada.

Álvaro Cunhal definiu já a posição do PCP quanto à formação e aos projectos de formação de novos partidos. A nossa posição é clara.

Entretanto, não é essa a dos partidos da direita e de Mário Soares. A «AD» e os seus aliados soaristas — que temem a formação de novos partidos e agrupamentos que inevitavelmente concorrerão nas suas áreas políticas — procuram desde já não só paralisar eventuais adversários e concorrentes como pô-los desde já contra o PCP.

A forma privilegiada de ataque é a estafada «conotação» desses partidos... com o PCP!

No fundo, paralisar os que deixaram as suas fileiras ou procurar espaço político e fazer anticomunismo do mais grosseiro e primário.

A batalha das autarquias, para a qual desde já se mobilizam todas as forças e partidos, embora menos significativos no que respeita à base de acção de partidos e à correlação de forças que eleições para a Assembleia da República poderão dar importantes indicações para avaliação de perspectivas de desenvolvimento da situação política.

O PCP participará nessa importante batalha integrado na APU na qual participa com o MDP/CDE e um grande leque de democratas independentes muitos dos quais oriundos ou ainda incluídos nas fileiras do PS.

É uma APU com uma base consideravelmente mais vasta a que irá disputar as eleições de Dezembro e que levará a todos os recantos do País um activo de trabalho realizado em mais de 28% do território nacional a favor das populações e um novo tipo de Poder Local virado para o progresso e bem-estar do Povo.

Mário Soares esforça-se por dar o quadro das alianças do PCP como fundamentalmente anti-PS, procura, para esconder as suas alianças com a direita, inculcar a ideia de que o PCP considera o PS e não a «AD» o adversário principal.

É uma grosseira deformação da política de unidade do PCP. A participação de muitos e muitos socialistas nas listas APU será o mais formal desmentido desta calúnia de Mário Soares.

É significativo que Mário Soares fingindo desejar a demissão imediata de Balsemão, silencie completamente o facto de as próximas eleições autárquicas se realizarem talvez sob um Governo «AD» que tudo fará para dar uso eleitoralista ao aparelho de Estado e falsear por todos os meios a verdade dos resultados.

Na batalha das autarquias a APU afirmar-se-á como o baluarte das forças democráticas, como expressão unitária de todos os que se opõem à política da «AD» e do seu Governo e aspiram instituir em Portugal órgãos de Poder Local autenticamente populares e democráticos.

encontros e plenários que têm vindo a realizar-se vão prosseguir esta semana em Licela (hoje), Soure, Carapinheira do Campo e Verride (amanhã), Vila Nova de Anjos, Arazéde, Abrunheira e Figueira da Foz (sábado), e Santo Verão (domingo).

Encontro Concelhio em Gondomar

Realiza-se no próximo sábado, a partir das 15 horas, na Escola Preparatória de Rio Tinto, e propõe-se debater a perspectiva da APU quanto aos grandes problemas do concelho e às próximas eleições. Participará Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

No mesmo local, à noite e também por iniciativa da APU será apresentada a peça «A pata que os pês», com Dora Leal e José Viana, que no dia seguinte estarão, à tarde, em Penafiel, e à noite em Freamunde.

Festa na Maia

A mesma peça será ainda representada no próximo dia 2 de Outubro durante uma festa da APU que decorrerá na Bouça das Pretas, em Pedrouços (Maia), nos dias 2 e 3.

Na tarde do dia 2 estará presente e fará uma intervenção sobre a situação política e as eleições autárquicas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Dia Internacional da Paz

Dia 21 de Setembro, pela primeira vez, comemorou-se em todo o mundo o Dia Internacional da Paz. Esta uma iniciativa adoptada por unanimidade em resolução de 30 de Novembro de 81, no Plenário da ONU, para que entre todos os povos do mundo, um minuto de meditação sobre a paz passe a marcar o início dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Associando-se esta iniciativa de âmbito internacional, o Conselho Português para a Paz e Cooperação, chama a atenção para as ameaças de uma guerra nuclear e interroga-se, colocando a todos nós a questão: «Quem pode estar seguro que não chegará a sua vez de ser vítima de um ataque tão terrível e monstruoso como o que foi perpetrado em Beirute?».

Como afirma em comunicado à imprensa, o Conselho Português para a Paz e Cooperação subscrive «globalmente a mensagem especial do Secretário Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar», de que reproduzimos os parágrafos finais:

«Os principais problemas que ameaçam a estabilidade mun-

dial — os crescentes arsenais de armamentos, as injustiças económicas e sociais, os conflitos que fazem alastrar a violência e o desespero a vastas regiões — figuram todos eles nas agendas de trabalho dos órgãos das Nações Unidas, todos eles são susceptíveis de soluções que podem ser desenvolvidas e postas em prática no âmbito da estrutura das Nações Unidas. É tempo de assumir um compromisso internacional para se utilizarem as capacidades institucionais e tecnológicas existentes no reforço dos alicerces da

paz. Como primeiro e importante passo nesse sentido é necessário que os governos reassumam conscientemente o seu compromisso com a Carta das Nações Unidas».

O Conselho Português para a Paz e Cooperação chama igualmente a atenção para o programa organizado pelo Centro de informação das Nações Unidas em Portugal, no edifício Avis, onde é promovida uma exposição de material gráfico sobre a paz e o desarmamento e serão exibidos filmes sobre a ameaça de uma guerra nuclear.

Desporto e Tempos Livres

«Desporto e Tempos Livres» é nome de uma nova colecção. «Caminho» a editora. O veículo, está bem de ver, é o livro e a apresentação pública foi feita no final da semana passada no seu lugar próprio: uma sala do Instituto Nacional dos Desportos.

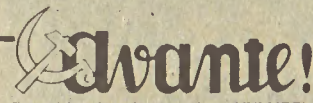
Para orientar a sessão estiveram presentes o professor Teotónio Lima, autor do livro «Fora o Árbitro», do

prof. José Curado, autor do «Planeamento do Treino e Preparação do Treinador», o prof. Jorge Miguel Araújo, director da nova colecção e um responsável da editora, Zeferino Coelho.

Das palavras proferidas pelos diversos oradores ficamos a saber, antes de mais, ser propósito da editora realizar um trabalho de «qualidade e rigor científico», pos-

tos «ao serviço do desporto português». Nesse sentido, como sublinhou Jorge Araújo, propõe-se dar «oportunidades aos autores portugueses», proporcionar «preços de capa acessíveis», e, por último, proporcionar «uma periodicidade bimestral a este trabalho que se pretende de divulgação de experiências quotidianas de técnicos, atletas, árbitros e dirigentes desportivos».

No decorrer da sessão os autores dos livros já publicados apresentaram as suas obras, qualquer delas abordando temas de grande actualidade, seguindo-se um interessante debate em que intervieram, entre outros, Manuel Sérgio e Fernando Caiado, em torno de alguns dos problemas actuais e permanentes do desporto português.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744-769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725-769722.

DISTRIBUIÇÃO: CGL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779028-779025-769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693906.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31296.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alcarrova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936-776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Agosto: 42 050

Nacional

O PCP, o PS e o «inimigo principal»

1. Comandada por declarações de dirigentes do PS e secundada por uma série de especulações e análises capciosas de alguns órgãos de comunicação social, está de novo em curso uma velha operação propagandística visando inculcar na opinião pública a falsa ideia de que, na sua acção política, o PCP procuraria atacar preferencialmente o PS e a sua Direcção, com um alegado menosprezo pelo combate à AD, à sua política e ao seu governo.

2. Trata-se de uma monumental falsificação da orientação, da acção política e das posições do PCP na qual nem os próprios autores acredi-

tam e que se encontra flagrantemente desmentida pela evidência das próprias realidades.

3. Com efeito, e contrariamente às conhecidas posições e atitudes colaboracionistas do PS, não oferece dúvidas para ninguém que desde a formação do primeiro governo da AD, o PCP é o único grande partido democrático que concentra o essencial das suas energias no combate constante e consequente à política e aos governos da AD em todas as esferas da vida nacional e em todos os planos de intervenção no quadro do regime democrático.

Como, de igual modo, não pode oferecer dúvi-

das a ninguém que a firme denúncia e crítica da orientação da Direcção do PS por parte do PCP sempre tem sido claramente inspirada e justificada pela necessidade e preocupação de combater os favores, a margem de manobra e o reforço das posições da AD que o constante e activo colaboracionismo da Direcção do PS tem proporcionado aos partidos da reacção e aos seus planos contra o regime democrático.

4. Nestes termos, tem de considerar-se que é um puro embuste que a Direcção do PS, há longos meses empenhada em contribuir para a sobrevivência do Governo

AD, fiel aliada da AD na revisão constitucional, ao lado da AD e do seu Governo em numerosas atitudes contra a luta dos trabalhadores e o movimento operário, em hostilidade permanente ao PCP e a outras forças e sectores democráticos, pretenda agora apresentar-se inocentemente como vítima privilegiada da acção política do PCP e como campeão do combate à AD.

5. Finalmente, não deixa de ser significativo e esclarecedor que uma nota do Gabinete do secretário-geral do PS emitida a propósito de um projectado debate a realizar na RTP/2 entre os Secretários-Gerais do

PCP e do PS, venha justificar a aceitação desse debate, não pelo interesse em promover o esclarecimento das posições dos dois partidos sobre as grandes questões e problemas nacionais, mas por uma alegada "viragem estratégica do PCP" que pretensamente apontaria para uma "luta preferencial contra os socialistas".

Uma tal atitude indica que o dr. Mário Soares, a vinte dias de distância, terá já optado pelo anti-comunismo como orientação privilegiada para a sua intervenção no referido debate.

20.9.82

A SIP DO PCP

PCP



A delegação dos camaradas jugoslavos no decorrer do encontro com a direcção da Organização Regional de Setúbal

Delegação da LCJ em Portugal Objectivo: estreitamento das relações recíprocas

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 17 a 20 de Setembro, uma delegação do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ) dirigida pelo camarada Ali Sukrija, membro da Presidência do CC da LCJ e que integrava também o camarada Bora Milosevic, adjunto do Secretário Executivo da LCJ.

A delegação da LCJ teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Jorge Araújo, membro do Secretariado, Albano Nunes, membro do Comité Central e Jerónimo de Sousa, membro suplente do Comité Central.

Durante a sua estadia no nosso país, a delegação da LCJ

teve a possibilidade de contactar directamente com a nossa realidade.

Num encontro realizado na Câmara de Setúbal, com a presença do presidente da Câmara e alguns vereadores, foi dada uma informação sobre a actividade da administração APU, as realizações em curso, a acção desenvolvida no sentido de activar a participação popular na resolução dos seus próprios problemas e na construção de bens colectivos.

Foi igualmente realizada uma visita à Mundet, onde os comunistas jugoslavos foram recebidos pelos trabalhadores desta fábrica de cortiça. Para além da visita às instalações, realizou-se um encontro nas instalações da Comissão de Trabalhadores, onde se informou da situação particular, ao nível da gestão, que se vive nesta empresa, e foi particularmente realçado o papel da intervenção directa dos trabalhadores na vida da empresa logo após o 25 de Abril.

A delegação da LCJ participou numa reunião com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, com a participação dos camaradas José Neto e Manuel Sobral. Nesta reunião destacou-se em particular o peso e a actividade dos comunistas e da classe operária no Distrito.

Durante as conversações realizadas entre a delegação da LCJ e a delegação do PCP procedeu-se a uma troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

As duas delegações expressaram a vontade de estreitar as relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e a LCJ, no interesse do desenvolvimento das relações entre os respectivos povos e países e da causa da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz.

A propósito de declarações de João Salgueiro

1. O ministro João Salgueiro, no regresso da Assembleia Anual do FMI, deu mais um passo na escalada da demagogia governamental, ao confessar-se "encorajado" pelo facto das dificuldades económicas e financeiras de Portugal serem comuns à generalidade dos países capitalistas mais desenvolvidos.

2. Incapazes há muito de negar o rápido aceleramento da crise económica e financeira do nosso País e a deterioração contínua das condições de vida do povo trabalhador, o ministro das Finanças e o Governo AD pretendem esconder por detrás

da crise geral dos países capitalistas a causa fundamental da ruína da economia nacional que tem sido a política prosseguida pela direita, ao serviço da restauração dos grupos monopolistas e dos latifúndios e da dominação imperialista sobre a economia portuguesa.

3. Não pode igualmente passar despercebida a jogada manifestamente eleitoralista do ministro das Finanças ao afirmar com deslumbre que "Portugal está em recuperação desde há muitos meses". A realidade é outra e os últimos dados oficiais conhecidos confirmam que a ca-

minhada para o desastre económico e financeiro é imparável enquanto a AD se mantiver no Governo. De facto, os défices da Balança Comercial e da Balança de Transacções Correntes, a Dívida Externa, os inquéritos da conjuntura ao comércio e à indústria, o nível dos salários reais e da inflação, provam que, com a política da AD, a crise não só continua por combater, como se agrava inexoravelmente.

Como o grande capital recupera posições, poderes e privilégios, o ministro João Salgueiro, fiel aos interesses da classe que

serve, logo conclui que é "Portugal que está em recuperação". A realidade porém é que exactamente porque, com a AD no Governo, prevalecem os interesses do grande capital sobre os interesses do povo e do País, se está a comprometer seriamente a recuperação económica e Portugal se afunda mais e mais na crise e na estagnação.

4. O optimismo demagógico e sem fundamento do ministro João Salgueiro não se pode separar do facto de se estar nas vésperas de eleições autárquicas e visa fundamentalmente pressionar determinados secto-

res políticos e sociais a aceitar a política de ruína da AD com a pretensão de dar à AD mais uma oportunidade para governar. A verdade porém é que imperiosas razões patrióticas justificam plenamente a urgente demissão do Governo AD e a convocação de eleições legislativas antecipadas, como forma de abrir caminho a uma viragem democrática indispensável para um eficiente combate à crise económica de Portugal e para impedir a contínua degradação das condições de vida das massas populares.

15.9.82

A SIP DO PCP

Trabalhadores

Cerca de 3 milhões de dívidas à RN

Os trabalhadores da Rodovjária, reunidos em plenário na sexta-feira passada, reafirmaram que nunca permitirão o desmembramento da empresa, nacionalizada como se sabe, e manifestaram a sua disposição de continuar a defender, em todas as circunstâncias, os "seus legítimos interesses", fazendo uso, se necessário, de "todas as formas de luta ao seu alcance".

O plenário de âmbito nacional foi convocado pela Federação dos Sindicatos dos Transportes

Rodoviários e Urbanos e pela CCT (comissão central de trabalhadores) da empresa que, segundo foi reafirmado, é credora de cerca de 3 milhões de contos de dívidas do Estado.

O plenário exigiu a demissão dos gestores, por incompetência, o cumprimento da lei das CTs e o prosseguimento das negociações directas de revisão do AE (acordo de empresa). Foi entregue nesse sentido uma moção no Ministério do Trabalho.

- Salário mínimo nacional (indústria, comércio e serviços): 13 500 escudos;
- Salário mínimo rural: 11400 escudos;
- Salário mínimo doméstico: 9100 escudos;
- Pensão mínima: 7500 escudos;
- Aumento de pensões superiores à mínima: 3000 escudos;
- Complemento por cônjuge a cargo: 1350 escudos;
- Agrícolas (pensão): 6300 escudos;
- Pensão social: 6300 escudos;
- Suplemento especial de grande inválido: 4500 escudos.

Plenário da Inter

A exigência de demissão do Governo "AD" foi reafirmada unanimemente pelo Plenário Nacional da CGTP-IN.

Reunidas em Lisboa na última sexta-feira, 167 organizações sindicais de todo o País, incluindo 19 não filiadas na Central, aprovaram várias reivindicações imediatas, incluindo o aumento do salário mínimo nacional, preconizaram a intensificação e melhor coordenação das lutas, exigiram a publicação do relatório oficial sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto e marcaram o IV Congresso da CGTP-IN para 11, 12 e 13 de Março de 1983.

São os seguintes os novos valores principais aprovados pelo Plenário para a actualiza-

ção do Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses:

- Salário mínimo nacional (indústria, comércio e serviços): 13 500 escudos;
- Salário mínimo rural: 11400 escudos;
- Salário mínimo doméstico: 9100 escudos;
- Pensão mínima: 7500 escudos;
- Aumento de pensões superiores à mínima: 3000 escudos;
- Complemento por cônjuge a cargo: 1350 escudos;
- Agrícolas (pensão): 6300 escudos;
- Pensão social: 6300 escudos;
- Suplemento especial de grande inválido: 4500 escudos.

Seguros

Mistas na mira da «privada»

As seguradoras mistas, assim chamadas porque dispõem ao mesmo tempo de capital do Estado e de capital privado, estavam a ser submetidas a um processo de reprivatização completa.

As comissões de trabalhadores e sindicais, designadamente das companhias Metrópole, Europa e Social, fizeram sair um comunicado perguntando "que pretende o Governo" ao proceder a alterações nos conselhos de administração dessas empresas, enquanto que, por exemplo na Metrópole, o administrador por parte do Estado se manteve por determinação da Secretaria de Estado do Tesouro.

«A partida, afirmam aquelas organizações representativas

dos trabalhadores, uma tal situação significa que o capital nacionalizado, em dimensão muito significativa nas companhias mistas, deixou de estar devidamente acautelado».

O comunicado emitido na última sexta-feira faz duas perguntas ao Governo sobre o destino do capital nacionalizado e a necessidade de um estatuto específico para as seguradoras mistas.

Por outro lado, o Sindicato deve intervir no assunto, referem as organizações representativas que, simultaneamente com um pedido de audiência urgente à secretária de Estado do Tesouro, alertam «todos os trabalhadores de seguros e os das mistas em particular para a grave situação que se prefigura».

Informação sindical

• **Tribunais de Trabalho** — Ao tratar informação referente a Tribunais e Inspeção do Trabalho, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas revelou recentemente que só o SIESI tem pendentes naqueles Tribunais 601 processos movidos contra entidades patronais por trabalhadores seus filiados. O seu montante é superior a 200 mil contos. Em 1981, acrescenta o SIESI, «de 210 tentativas de conciliação apenas 3 se concretizaram. Nestas, dos 170 contos devidos aos trabalhadores, apenas 64 foram recuperados». O Sindicato considera «imperioso que a justiça do trabalho seja moralizada, acelerando o ritmo da sua tramitação, desburocratizando-a» e promovendo a «entrada em funcionamento dos Juizes Sociais».

Quanto à Inspeção do Trabalho, serviço que depende do respectivo Ministério, o SIESI considera que «não age de acordo com os fins para que foi criada, o que, para além de

constituir uma grave lacuna no campo das relações de trabalho em Portugal, tem ainda uma outra agravante que não pode continuar a ser tolerada: a de sancionar, por perversão ou omissão das suas funções, as ilegalidades patronais».

• **Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação Bebidas e Tabacos** — Com a primeira página dedicada à situação político-sindical, saiu o número de Agosto/Setembro do Boletim «Laboral», órgão daquela Federação.

• **Bancários e Seguros** — As organizações representativas dos trabalhadores bancários e de seguros, designadamente CTs, secretariados de células do PCP, comissões coordenadoras, secretariados de empresa, delegados sindicais e membros do Conselho Geral do Sindicato eleitos pelas listas unitárias têm ultimamente condenado o assalto «AD» à banca e

aos seguros nacionalizados, advertindo os trabalhadores contra a ameaça de desemprego e a insegurança dos postos de trabalho, tomando posição perante o contrato, defendendo cadernos reivindicativos, e denunciando a generalizada má gestão daqueles sectores. Algumas empresas onde as organizações representativas dos trabalhadores emitiram comunicados, recentemente: Banco Borges & Irmão; Caixa Geral de Depósitos; Crédito Predial Português; Banco Totta & Açores; Banco Nacional Ultramarino; Companhia Portuguesa de Resseguros.

• **Milhares de postos de trabalho ameaçados no distrito de Leiria** — Responsabilizando a política económica e financeira do Governo «AD» e reafirmando a exigência da sua demissão, a Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLE) do PCP, num comunicado recente, refere o aumento do número de

empresas do distrito «com processos de falência ou que encerraram as suas instalações» e das que laboram «abaixo do nível da capacidade instalada ou estão em vias de reduzir a produção por falta de mercado ou matérias-primas». Dentre as empresas com «salários e subsídios em atraso», a DORLE cita a Ingriduhit (Leiria), F. Neto Ferreira (Marinha Grande), J. Ferreira Custódio (Marinha Grande), Dâmaso dos Santos (Vieira de Leiria), Olaria de Alcobaça, Pedro & Cardoso (Alcobaça), Cerâmica Alegrete (Pombal), Ceramarte (Bombaral), Omnitel (Martingança), Audio-Magnetic (Caldas da Rainha), Construções Eduardo Lopes Ferreira (Leiria), Plásticos Mundial (Leiria), Favilla (Marinha Grande), Usal (Alcobaça), Seta Simões (Marinha Grande), FEIS — Fábrica Escola Irmãos Stephens (Marinha Grande), Moleirinho (Marinha Grande) e M. Vieira da Cruz (Pombal).

Lutas

• **Vidreira da Fontela** — Esta empresa, que deve cerca de 90 mil contos aos trabalhadores e tem um passivo total de 1 milhão e 200 mil contos, mandou apagar os fornos na tentativa de lançar no desemprego 650 trabalhadores, que conseguiram, no entanto, manter a empresa em laboração, esperando que o Instituto de Participações do Estado (IPE) considere a empresa viável e proceda junto da banca de acordo com esse parecer. O encerramento da Vidreira afecta gravemente as populações de duas localidades do concelho da Figueira da Foz — Fontela e Vila Verde — pelo que a luta dos trabalhadores da Vidreira deve merecer um apoio decidido e solidariedade activa no sentido de garantir os postos de trabalho e o pagamento dos salários.

• **Metalurgia e metalomecânica** — Marcadas para ontem,

hoje e amanhã, prosseguem em vários pontos do País as paralisações dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica em luta pela negociação do CCTV. Num pré-aviso de greve suscitado por 7 Federações sindicais e 8 Sindicatos, o patronato do sector é acusado de tentar impor "o tecto salarial do actual Governo", negando-se designadamente a repor o poder de compra dos trabalhadores e recusando-se a rever quaisquer cláusulas do CCTV, além da tabela salarial. Segundo o pré-aviso de greve, os representantes do patronato "pretendem ainda retirar aos trabalhadores regalias que já adquiriram". As paralisações foram marcadas para: **dia 22, durante todo o 2.º período do horário normal de trabalho, nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Se-**

túbal e Viseu; dia 23, durante todo o 2.º período do horário normal, nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa, Porto, Vila do Castelo, Vila Real e Bragança; dia 24, durante todo o dia, em todos os distritos do País.

• **Arrasto costeiro** — A Comissão Negociadora Sindical do CCT para o sector quer ver reatadas as negociações de revisão, pelo que decidiu incentivar a realização de plenários nos portos e efectuar várias diligências com aquele objectivo. A Associação dos Armadores das Pescas Industriais (ADAPI) é responsável pela interrupção das negociações de revisão do CCT. Desde Setembro do ano findo que os trabalhadores do sector têm efectuado paralisações pela revisão do CCT com adesão praticamente total. Entretanto, a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas convocava para o próximo dia 30 um plenário nacional principalmente destinado a tomar medidas contra a integração nos Centros Regionais de Segurança Social da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Profissionais da Pesca. Essa integração foi decidida unilateralmente pelo Governo "AD".

• **STCP (Serviço dos Transportes Colectivos do Porto)** — No caso de até hoje continuar por

publicar o acordo colectivo de trabalho, conquistado após vários meses de luta pelos trabalhadores dos STCP, um pré-aviso de greve anuncia para amanhã, 24, uma paralisação no sector do movimento dos STCP (entre as 2 e as 10 horas) e entre as 13 e as 18 e 30 nos outros sectores. Uma moção aprovada em plenário na empresa era entretanto entregue ao secretário de Estado dos Transportes Interiores em visita aos STCP.

• **Cimentos** — Com adesão praticamente total pararam as cimenteiras Scil e Cimpor, quinta-feira passada durante todo o dia. Sindicatos, trabalhadores e ORTs reivindicam aumentos de salário e benefícios sociais no âmbito da contratação colectiva. Se entretanto não houvesse acordo, estava anunciada nova paralisação para segunda-feira, 20 do corrente, concretizada, aliás, com adesão total.

• **Bertrand** — Reclamando o pagamento integral dos salários de Agosto os trabalhadores da Livraria Bertrand prosseguiram a luta no princípio desta semana contra o desmembramento da empresa e pela manutenção de todos os postos de trabalho. A empresa deixou de publicar alguns títulos, designadamente uma revista de banda desenhada, muito conhecidos do público e de venda garantida.

Distrito de Lisboa

Plenário da DORL debateu eleições e situação social

Aspectos relacionamentos com a preparação das eleições autárquicas e com a situação social no distrito dominaram o debate no recente plenário da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP, realizado no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.

Além de ter feito um balanço do estado da formação das listas APU, da sua composição social e da sua abertura, para além de militantes do PCP e do MDP/CDE, a independentes ou militantes de outras formações políticas, assim como da participação de autarcas eleitos por outros partidos nas últimas eleições, o plenário da DORL tomou resoluções quanto ao Encontro Distrital de militantes, a realizar no próximo dia 5 de Outubro, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Nesse Encontro, que reunirá cerca de 4 mil participantes e convidados, muitos dos quais não militantes do Partido, serão estabelecidos os objectivos eleitorais dos comunistas nas eleições e debatidas as medidas para as alcançar.

Entretanto, a DORL do PCP denuncia as ameaças de despedimento por parte do patronato a candidatos da APU e seus familiares e também a intensa actividade demagógica de alguns presidentes de Câmaras «AD», em particular Nuno Abecasis, e do Governador Civil de Lisboa, que se tem desdobrado em deslocações para entregar pessoalmente pequenos subsídios.

Os comunistas de Lisboa salientam a preocupação dos democratas pelo uso (e abuso) de grandes meios de Comunicação Social estatizados para promoção abusiva de alguns autarcas da «AD» e propaganda a planos e projectos (para depois das eleições...) que escondam a realidade da sua gestão nestes últimos anos.

Acrescenta a DORL: «A tentativa de extinção da ANOP aparece ligada a este projecto como forma do Governo controlar a partir de agora o conteúdo da informação nacional e regional em que se baseiam muitos dos seus órgãos de Comunicação Social».

«A pressa em procurar consolidar posições que assegurem a manipulação é reflexo do medo que a "AD" tem das

eleições autárquicas», sublinha a DORL, que apela à unidade de todos os democratas para bater a AD e denuncia os propósitos da aliança do PS com os partidos da direita, expressos nas declarações recentes de António Capucho e Eduardo Pereira.

Lutas em 50 empresas

Na análise da situação social, o plenário da DORL deu particular destaque às lutas em curso em cerca de 50 empresas e em diversos sectores, como os metalúrgicos, transportes, construção naval e comunicação social.

Os motivos principais destas lutas estão directamente relacionados com as seguintes situações: ataque às empresas nacionalizadas com tentativas de extinção, reprivatização ou desmantelamento, associadas a tentativas de despedimentos em massa; falências, empresas em situação económica difícil, gestão fraudulenta, redução da produção, boicotes e destruição de empresas; não pagamento de salários, subsídios e retroactivos, não cumprimento da contratação colectiva; despedimentos colectivos e de contratados a prazo; mudança de locais de trabalho; repressão patronal, promessas de empregos para familiares e prémios de assiduidade para boicotar as movimentações dos trabalhadores.

«Apesar da situação política complexa e da repressão, as lutas que estão a desenvolver-se revelam, em geral, um bom estado de espírito, confiança, disposição e vontade de luta. Só pela luta, pelo reforço da organização e unidade, os trabalhadores alcançam vitórias, fazendo recuar o patronato e impondo a demissão do Governo», conclui a DORL que, entretanto, saúda a luta dos trabalhadores da EDP, a sua unidade e combatividade na defesa do sector nacionalizado, e ainda todos os trabalhadores em luta, em especial os trabalhadores do Hotel Baía, da Cometa e da ANOP.

PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos

Milhares de pessoas, apertadas num Pavilhão dos Desportos completamente cheio, ergueram-se em uníssono para saudar, durante longos minutos, a presença de um representante da Juventude do MPLA. «A vitória é certa, a luta continua!» — slogan repetido um sem número de vezes, tal como «MPLA, MPLA!».

Assim teve início o comício promovido pelo Partido Comunista Português, realizado na passada sexta-feira, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Um início marcado por uma nota de profundo espírito internacionalista, pelos sentimentos de amizade e solidariedade que unem os povos e as forças progressistas, os comunistas de ambos os países.

«Não é preciso mais para conhecer os sentimentos de apoio dos comunistas portugueses à heróica luta do MPLA, de todo o povo de Angola» — salientou o camarada Álvaro Cunhal, que na sua intervenção inicial de boas vindas à delegação da Juventude do MPLA, presente entre nós a convite da JCP, assinalou o aniversário do nascimento do grande lutador e dirigente do povo angolano, Agostinho Neto, acentuando a importância da tarefa histórica e quase sobre-humana que constitui a construção do socialismo, a partir da herança colonialista e em simultâneo com a necessidade de enfrentar a guerra de agressão permanente movida pela África do Sul. Álvaro Cunhal destacou igualmente as

profundas relações de amizade entre os dois povos, os dois países e os dois partidos, que se guiam ambos pelo marxismo-leninismo. Dois partidos irmãos.

O comício esteve fundamentalmente virado para a situação política e as próximas eleições autárquicas — os problemas que tais eleições colocam, as perspectivas que podem vir a abrir. A palavra de ordem inscrita no grande pano por detrás da mesa — «A luta continua, «AD» rua» — sintetiza a direcção fundamental da acção dos comunistas nesta fase da realidade política nacional.

José Casanova membro suplente da Comissão Política do CC, primeiro orador no comício — após ter sido concedida a pa-

lavra a Domingos Bartolomeu, primeiro-secretário da JMPLA e membro do CC do MPLA-PT — acentuou o carácter democrático da gestão APU, referindo exemplos (gestão que a direita considera de «totalitária») e o significado da posição do PS que, ao recusar qualquer entendimento com a APU, impediu de facto que se venha a concretizar uma perspectiva altamente favorável ao desenvolvimento da democracia no nosso país, ou seja, a possibilidade de varrer a «AD» de grande parte do País, nomeadamente de todas as Câmaras do distrito de Lisboa.

A terminar, discursou o camarada Álvaro Cunhal, que fez o ponto da situação política na intervenção que junto reprodu-



Discurso de Álvaro Cunhal

Camaradas:

Nos passados dias 6 e 7, o Comité Central do nosso Partido, em reunião plenária, examinou a situação decorrente da aprovação da lei da revisão da Constituição na Assembleia da República.

O Comité Central aprofundou em diversos aspectos a análise da situação política e económica e (no documento saído da reunião) indicou os pontos, apresentou perspectivas e definiu tarefas.

E no seguimento dessas conclusões da reunião do Comité Central que aqui abordarei hoje algumas questões centrais.

Mas desde já, tornando claro um ponto essencial, confirmo que a luta continua até a «AD» ir para a rua!

1
«Recuperação económica»
e desastre da economia

Uma das conclusões do Comité Central não é nova. É apenas a confirmação pelos acontecimentos que se vão registando, de que o **agravamento catastrófico dos problemas nacionais torna cada vez mais urgente o afastamento da «AD» do Poder.**

Não há dia nenhum em que não sejam conhecidos novos sinais de agravamento da situação. Não há medida nenhuma do Governo «AD» que não seja uma nova machadada na legalidade, nas conquistas democráticas, na economia nacional, no bem-estar do povo e na independência nacional.

Quando o Governo tenta impor tectos salariais, a alta dos preços, despedimentos massivos, agravamento de impostos, e quando faz apelos aos sacrifícios materiais do nosso povo, quando protesta contra as greves, então fala em dificuldades e em crise.

Mas, quando pretende fazer balanços da política da «AD», então proclama (como fez há tempos o Primeiro-Ministro) que «só a oposição fala em crise», que tudo marcha bem, que os resultados da política económica da «AD» são sensacionais.

Agora foi o ministro João Salgueiro, ex-membro de governos no tempo da ditadura, que vem afirmar, para espanto de todos, que «o País está em recuperação há muitos meses» (14/9/82).

Nós ouvimos esta palavra «recuperação», «recuperação económica», não apenas há muitos meses, mas há vários anos. Sucessivos governos anunciaram a «recuperação» e, entretanto a economia nacional e o nível de vida dos portugueses, vão cada vez mais para o fundo.

Desde o governo PS sozinha que a chamada política de «recuperação económica» não tem sido outra coisa (como o PCP sempre afirmou) senão recuperação capitalista, recuperação latifundiária, recuperação imperialista.

A esta afirmação chamaram eles a «cassete» do PCP, mas 6 anos de política de «recuperação económica» de governos ao serviço do capital deram plena razão ao PCP.

Há sem dúvida quem esteja em «recuperação». Mas não é o País, não é a economia nacional, não é o bem-estar do povo. O que está em «recuperação» é o capital dos grandes capitalistas, são os latifúndios dos latifundiários, é o domínio da economia nacional por um número reduzido de grandes exploradores, é a exploração dos trabalhadores, é a acumulação capitalista, é a especulação desenfreada, é a organização dos grupos capitalistas com vista à restauração dos monopólios.

E esta recuperação das estruturas, da exploração e dos processos capitalistas, significa a progressiva destruição da economia portuguesa e o progressivo agravamento das condições de vida dos portugueses.

O Governo enfurece-se quando insistimos em informar o Povo

português dos dados fundamentais da situação económica. Enfurece-se quando informamos o povo de que a diferença entre as importações e as exportações alcançará este ano 400 milhões de contos, que a dívida externa sobe a 1000 milhões de contos. E que só em 1983 dos empréstimos contraiados (em grande parte pela «AD») Portugal paga anualmente ao estrangeiro 100 milhões de contos.

Eles enfurecem-se quando citamos estes números porque eles dão a medida dos resultados catastróficos da política do Governo «AD» ao serviço da restauração monopolista.

E o que tem representado para os trabalhadores e para o povo em geral a política de restauração monopolista? Descida de salários reais. Atrasos no pagamento de salários. Desemprego que aumenta. Despedimentos selectivos. Contratos a prazo. Subida em flecha do custo de vida. Rendimentos de casa superiores aos salários. Saúde para os nossos Discriminações crescentes para mulheres e jovens. Liquidação de regalias sociais. Suspensão dos contratos de trabalho, como hoje mesmo anunciou o Governo. Situação insustentável dos reformados e deficientes.

Classes médias debatendo-se em dificuldades e problemas — atingidas pelas crises, pela ruína, pela falência, como sucede com pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

Como dizia há dias um amigo, «AD» no Poder é todo o povo a sofrer.

O desastre da nossa economia provocado pela política da «AD» e a veloz degradação das condições de vida do povo exigem uma rápida mudança e, para isso, o primeiro e indispensável passo é a demissão do Governo «AD».

2
Responsabilidade da «AD»
e luta dos trabalhadores

Para uma entrevista (minha), há dias na RDP, o primeiro-ministro do Governo Regional dos Açores, sr. Mota Amaral, fez a seguinte pergunta: se o PCP está disposto a dar, como contribuição para a recuperação da «grave crise económica» nacional («grave crise económica» são as palavras de M. Amaral e, como Balsemão diz que a oposição fala em crise, não sei se considera que M. Amaral é a oposição...), — repetindo-se o PCP está disposto a dar, como «contribuição» para a recuperação da «grave crise económica nacional», utilizar a sua influência para conter as greves e aceitar as leis-lavim-pacote laboral que o sr. M. Amaral diz conter «instrumentos destinados a garantir o aumento da produção e da produtividade».

A resposta a esta pergunta foi dada na entrevista à Rádio. O interessado referiu aqui uma vez mais todo o esclarecedor significado desta pergunta feita por um destacado dirigente do PPD PSD.

Tal pergunta significa antes de mais acusar os trabalhadores das suas lutas e o PCP de serem os responsáveis pela grave crise que atravessa a nossa economia, quando é hoje uma evidência que, pelo agravamento da crise e pela situação catastrófica da economia nacional, a responsabilidade cabe inteiramente ao Governo «AD».

A «AD», que, no engodo da restauração dos monopólios e latifúndios, provoca o desastre e o afundamento da nossa economia, luta violentamente o peso das dificuldades para cima do nosso povo, restabelecendo (com o emprego da violência e com a restrição de liberdades e direitos, de que o pacote laboral é instrumento) a exploração mais desenfreada dos trabalhadores, das camadas médias, dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, de toda a população laboriosa, das camadas e grupos sociais mais desfavorecidos.

«AD» tem mantido em funções simultâneas, na Câmara Municipal de Lisboa, 10 vereadores quando nas eleições de 1979 elegeu, como se sabe, 9 vereadores.

Este aumento escandaloso e fraudulento de mandatos, é a última da larga lista de ilegalidades da maioria «AD» em Lisboa, e só por si é mais do que suficiente para justificar uma intervenção do MAI. O ministro António Correia tem, com frequência, acusado ou insinuado, sem fundamento, a existência daquilo a que ele chama «irregularidades» em Câmaras APU. E ameaça com inquéritos, dissoluções, etc., etc.

É bom que o ministro saiba que aqui mesmo ao pé dele, na capital do País, há uma Câmara, a CML, que pelas ilegalidades reais que tem cometido, já deveria há muito ter sido dissolvida.

A APU tudo fará no sentido da reposição da legalidade na CML; impõe-se com urgência a realização de um inquérito que apure as responsabilidades civis e criminais do actual presidente da CML.

Quando a confiança do secretário-geral do PPD na vitória, como consequência dessa aliança com o PS nas Câmaras APU, é clara a falta de memória e a ignorância de António Capucho.

Na verdade, é do conhecimento público que em todo o lado onde a «AD» e o PS se entenderam com o objectivo de deitar abaixo Câmaras e Juntas APU, foram estrondosamente derrotados e, regra geral, a APU viu fortemente reforçada as suas posições.

Lembrei-nos do exemplo de Loures: ali não só a APU saiu muito mais forte (ficando a poucas centenas de votos da maioria absoluta) como a «AD» e o PS baixaram substancial e significativamente a sua votação. Loures foi o exemplo claro de que a aliança do PS com a direita é a aliança da derrota.

Parece, no entanto, que a Direcção do PS continua de olhos fechados a experimentar: é o que se pode concluir se se confirmarem as informações sobre negociações em curso entre o PSD e o PS no concelho de Vila Franca de Xira, com vista a afastarem a APU da Presidência da Câmara. Não tenham dúvidas os dirigentes do PS: também em Vila Franca de Xira, se se aliarem à «AD» contra a APU, sofrerão nova e grande derrota.

Há outro aspecto ainda que importa considerar, quando o secretário-geral do PSD diz que a aliança com o PS retirará dezenas de Câmaras à APU está visivelmente a exagerar no disparate.

A situação real é esta: a APU tem a maioria em 50 Câmaras Municipais.

Em 43 dessas 50 C.M.s, a APU tem a maioria absoluta (isto é, em 43 Câmaras a APU tem mais mandatos ou votos sozinha do que a «AD» e o PS em conjunto).

Pelo trabalho desenvolvido nas Câmaras APU desde as últimas eleições, tudo aponta para que as votações na APU sejam maiores nas próximas eleições, sendo muito possível a hipótese de aumentar o número de Câmaras onde a APU está em maioria, bem como de passar a ter a maioria absoluta em mais algumas Câmaras Municipais. Esta é que é a perspectiva lógica, esta é que é a possibilidade real e não a apresentada por António Capucho.

Aliás, o próprio secretário-geral do PPD sabe, com certeza, que as coisas não são como ele diz; é possível que as afirmações de António Capucho não sejam mais do que uma manobra de distração com o objectivo de esconder a outra face do problema. Essa, sim, verdadeira e perigosa para os objectivos da «AD».

É que um entendimento entre o PS e a APU constituiria uma pesadíssima derrota para a «AD» (...)

Intervenção
de Domingos Bartolomeu

«Acabamos de ter agora um testemunho da fraternidade, da amizade e do carinho dos comunistas portugueses para com o povo angolano e sua vanguarda revolucionária, o MPLA-PT» —

declarou o camarada Domingos Bartolomeu, na sua intervenção no Comício do Pavilhão dos Desportos (ler noutro local, notícia sobre a visita a Portugal da delegação da JMPLA).



Discurso de José Casanova

(...)

Há condições para, à semelhança do que aconteceu em 1979, darmos um grande passo em frente na consolidação, reforço e aumento das nossas posições no Poder Local.

As últimas eleições autárquicas impuseram no distrito de Lisboa uma mudança qualitativa de alto significado e importância: a APU que até aí se situava atrás do PS em 13 dos 14 concelhos do distrito, passou para a frente em 9 das actuais 15 Câmaras, tendo conquistado a presidência em 5 delas.

Assim, o PS é a terceira força eleitoral autárquica e a APU passou a ser a primeira força democrática no distrito, passando a ser a verdadeira e única alternativa para a solução dos problemas concretos da população.

O trabalho positivo desenvolvido de então para cá pelas autarquias e pelos eleitos do Povo Unidos permite-nos dizer, sem receio de exagero, que nenhuma outra força se apresenta nestas eleições com iguais possibilidades de avançar.

Temos, por isso, muitas razões para encerrar as próximas eleições autárquicas com forte confiança e optimismo. Confiança e optimismo que contrastam visivelmente com as preocupações, o medo com que a direita (e também a direcção do PS) encara a sua participação nestas eleições.

Quando ao PS poderá ver agravar-se ainda mais a sua já acentuada quebra eleitoral e de prestígio.

E para aí que conduzem inevitavelmente as alianças da sua Direcção com a direita (nomeadamente na revisão da Constituição), o mau trabalho regra geral desenvolvido pelos seus autarcas, a abertura dos dirigentes do PS face às propostas da aliança com o PSD para alguns órgãos autárquicos. São os próprios dirigentes do PS que reconhecem publicamente esta situação quando, na prática, indicam ser seu objectivo primordial

descer e perder o menos possível nestas eleições. Por seu lado, os esquerdistas da UDP, cada vez mais fragmentados, constituem o exemplo claro do voto perdido — lembramos que em 1979, os votos conseguidos pela UDP, por exemplo na cidade de Lisboa, retirando o 5.º vereador à APU, permitiram à «AD» alcançar a maioria absoluta de mandatos na Câmara sem que a UDP conseguisse eleger um único vereador.

Quando à «AD», a aproximação do momento de «prestar contas» que é este acto eleitoral — aliado à consciência de que a maioria do que prometem na anterior campanha eleitoral não foi, regra geral, cumprido — (e prometer é fácil quando não se tem intenção de cumprir) — constitui para os dirigentes da «AD» um autêntico pesadelo.

Eles sabem que têm cada vez menos possibilidades de continuar a enganar as pessoas; sabem que as pessoas não esqueceram aquilo que lhes foi prometido (certamente que os milhares de casais jovens e de pessoas vivendo nos bairros degradados de Lisboa, por exemplo, não esquecem a promessa da «AD» de dar uma casa para cada família nem esquecem que em Junho de 1980 o actual presidente da CML assegurava peremptoriamente: «Vou lançar antes do fim do ano 60 mil novos fogos»). Aliás não é só as promessas que eles não cumprem: é bom não esquecer que o não cumprimento da LFL pelos governos «AD» roubou à população do distrito de Lisboa cerca de 16 milhões de contos.

E por tudo isto que a direita tem tentado todas as manobras no sentido de criar as condições necessárias para adular a vontade do eleitorado; e é por tudo isto que a recusa do PR em aceitar a data de 5 de Dezembro para a realização das eleições e o veto com que impediu a aprovação e aplicação da lei eleitoral da «AD», provoca-

ram um coro de protestos e de provocações dos dirigentes e dos partidos da direita.

Estas decisões do PR que liquidaram a operação montada com vistas ao aproveitamento eleitoral pela «AD» da data de 5/12 e infligiram um profundo golpe ao plano da «AD» para fazer destas eleições uma vergonhosa viriela eleitoral, constituem, assim, uma significativa vitória das forças democráticas e um passo importante para a realização de eleições autárquicas em condições de democraticidade. Todavia, tais medidas não são ainda suficientes para permitir a seriedade das eleições de 12 de Dezembro.

A demissão do Governo «AD» e a sua substituição por um governo de gestão democrático, isento, capaz de cumprir e respeitar os princípios democráticos, continua a ser, por isso, um objectivo central das forças democráticas. (...)

Na situação actual e no que respeita às eleições autárquicas coloca-se à nossa organização um vasto conjunto de tarefas, cuja concretização correcta é indispensável se queremos alcançar os objectivos traçados.

Há que, em primeiro lugar, estudar cuidadosamente cada situação, concelho a concelho, freguesia a freguesia, de forma a apontarmos objectivos concretos, realistas e capazes de mobilizar as massas na luta para os alcançar.

Depois, há que tomarmos as medidas que tais objectivos implicam e exigem, ao mesmo tempo que urge avançar na elaboração de programas eleitorais que correspondam aos anseios das populações e na formação de listas, compostas por gente honesta, disposta a trabalhar, disposta a lutar pela resolução dos problemas do povo.

A nosso ver, qualquer democrata que queira participar de forma activa e positiva na defesa dos interesses das populações, na consolidação do Poder Local demo-

crático, na defesa do Portugal de Abril, deve integrar-se no trabalho desenvolvido pelo Povo Unido e, nos casos em que isso se justifique, integrar as listas da APU.

O elevado número de democratas independentes que aceitaram fazer parte das listas da APU no distrito de Lisboa, mostra bem a compreensão e a sensibilidade existentes no campo democrático para esta importante questão.

Extremamente positivo também é o aparecimento de socialistas integrando listas do Povo Unido. No distrito de Lisboa as informações disponíveis indicam que são



já muitos os militantes, simpatizantes ou eleitos socialistas que aceitaram fazer parte das listas APU (11 na cidade de Lisboa, 3 em Vila Franca de Xira, 1 em Cascais, 3 na Azambuja, 1 em Alenquer, 1 em Torres Vedras, 4 em Loures e 3 na Amadora).

Esta situação pode ser ainda significativamente melhorada porque, por um lado as listas APU estão abertas à participação e colaboração de todos os democratas honestos, de todos os que, in-

dependentemente da força política a que pertençam, estiverem de acordo e dispostos a unir esforços para resolver os problemas do povo e para reforçar esta importante conquista de Abril que é o Poder Local democrático; por outro lado, cresce todos os dias o número dos que consideram que o seu prestígio junto das populações como democratas, como defensores dos interesses do povo, como pessoas sérias, passa pela continuação da sua actividade no Poder Local, e que, no momento actual, essa actividade se concretiza plenamente, participando de forma unitária nas listas, na

elaboração dos programas, na campanha, na votação na APU.

É esta a unidade que serve a democracia; é esta a unidade que há que reforçar e desenvolver.

Camaradas, O secretário-geral do PPD, António Capucho, há vários meses que vem tornando público um conjunto de ideias e opiniões que justificam algumas palavras.

Defende ele a realização nas eleições autárquicas de acordos entre a «AD» e o PS, dizendo que tais acordos

afastariam de dezenas de Câmaras Municipais a «gestão totalitária» da APU.

A verdade, os factos, os números e a inteligência demonstram que as coisas se passam muito ao contrário do que diz Capucho.

Ao referir aquilo a que ele chama «gestão totalitária da APU» em contraposição aquilo a que ele chama «gestão democrática da «AD», o secretário-geral do PPD coloca-se na incómoda posição de pátas para o ar, passe a expressão.

Vejamos apenas dois exemplos da gestão autárquica em duas Câmaras do distrito de Lisboa: a CML de maioridade «AD» e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de maioridade APU.

Na primeira há a total concentração de poderes no Presidente e nos vereadores da «AD»; não há um único vereador de qualquer outra força política a tempo inteiro; não há um único pelouro que não esteja ocupado por vereadores da «AD».

Veamos apenas dois exemplos da gestão autárquica em duas Câmaras do distrito de Lisboa: a CML de maioridade «AD» e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de maioridade APU.

Na primeira há a total concentração de poderes no Presidente e nos vereadores da «AD»; não há um único vereador de qualquer outra força política a tempo inteiro; não há um único pelouro que não esteja ocupado por vereadores da «AD».



O Governo «AD» agrava dia a dia as condições de trabalho e de vida do Povo português, mas entretanto distribui aos capitalistas com as organizações centenas de milhões de contos dos dinheiros públicos para que destruam colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Em todo o sector nacionalizado, com vistas à sua reprivatização, o Governo «AD» continua o afundamento sistemático das empresas quando simultaneamente a indústria e toda a nossa economia. Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Na Reforma Agrária, ordena verdadeiras expedições armadas, para roubar aos trabalhadores terras, gados, máquinas e equipamentos, para destruir colheitas e benfeitorias e obras sociais, para que abandonem as terras imensas entregues aos latifundiários e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Constitucional e convidou o nosso Partido, como os demais partidos, a pronunciar-se sobre ele. Nós recusámos porém tal oferta porque a consideramos completamente fora da legalidade democrática e um elo da cadeia do golpe.

Mas, para além destas leis que a «AD» pretende fazer aprovar na Assembleia da República, uma vez mais com o vergonhoso «consenso» do PS, a «AD» prepara-se para exercer as competências militares que são ainda hoje do Presidente da República e do Conselho da Revolução e que a revisão atribui ao Governo.

Há muito nós defendemos a urgência das medidas constitucionais necessárias para pôr fim à política desastrosa da «AD» e evitar o golpe que a «AD» se prepara para dar, assente na revisão da Constituição.

Teria sido mais fácil e mais operativo e teria poupado o País a muitas dificuldades e sofrimentos, se essas medidas tivessem sido tomadas antes de aprovação na Assembleia da República da revisão da Constituição.

Mas, mesmo agora, essas medidas são constitucionais, são legais, são legítimas, são inteiramente possíveis e podem ser eficazes: demissão do Governo, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e convocação de eleições no prazo de 90 dias.

Mesmo sendo promulgada a lei da revisão, desde que o Governo seja demitido prontamente, não será o Governo «AD» a exercer as competências militares que a lei da revisão passa para o Governo.

Com tal medida, o plano da «AD» cairia por terra e, se viesse a ser um governo democrático a exercer essas competências, não passaria um dia sem que a «AD» protestasse contra o exercício pelo Governo das competências militares que a revisão da Constituição feita pela «AD» lhe atribui.

O perigo aproxima-se, pois. Mas é ainda inteiramente possível conjurá-lo.

Por isso continuamos a ter completa actualidade as 4 medidas reclamadas pelo PCP e por isso é necessário continuar a lutar para que elas sejam alcançadas.

4 Dificuldades e caminhos para uma alternativa

Uns meses atrás, quando o nosso Partido avançou a reclamação das 4 medidas como foi ela recebida?

As massas populares correspondia de tal forma aos seus sentimentos e apreciações que foi recebida com entusiasmo e determinação.

São claro testemunho, lutas de Norte a Sul do País, entre as quais se destacam as duas greves gerais de 12 de Fevereiro e de 11 de Maio tendo como objectivo a demissão do Governo «AD».

No que respeita a partidos, a sectores políticos muito diversos, às instituições, já a reacção foi diferente.

Manifestam-se muitas reservas a essas nossas propostas.

E agora? Agora tirando gente da «AD», a reclamação é geral. Até a direcção do PS, combinada com a reacção, tem necessidade de lançar de vez em quando, para reafirmar o descontentamento dos membros do seu partido, as consignas de demissão do Governo, dissolução da Assembleia e eleições gerais.

A luta continua com estes objectivos e insistimos em afirmar que há força bastante para alcançá-los.

Entretanto levanta-se a questão da alternativa.

Muito bem, dizem alguns. O Governo é demitido, a Assembleia é dissolvida, são convocadas eleições. E depois? Mesmo que, como é de esperar, o PCP registre grandes progressos, com os actuais partidos políticos, com o PS dirigido por Mário Soares aliado à direita, qual a possibilidade de uma maioria democrática na Assembleia da República que sirva de suporte a um governo democrático?

A isso, nós respondemos.

Primeiro, neste momento crítico e perigoso para o regime democrático, é imperioso evitar o verdadeiro desastre nacional para o qual a «AD» está a arrastar o País e é imperioso também impedir que se venha a consumir o golpe de Estado que a «AD» prepara com a execução da lei da revisão constitucional e que poderia, por um período de longos anos, eternizar a «AD» no Poder e excluir, por longos anos, qualquer alternativa democrática.

Se as medidas que propomos não são aplicadas a tempo, corre-se o risco do desastre e do golpe, e este risco é incomparavelmente maior que o risco de encontrar pela frente dificuldades (mas possibilidades) para uma alternativa.

Segundo: em eleições realizadas em condições democráticas, com um governo que assegure igualdade dos partidos em todos os aspectos da sua acção incluindo no uso dos grandes meios de comunicação social (designadamente a Televisão e a Rádio) a «AD» não alcançaria a maioria dos deputados na Assembleia da República.

Numerosos factos indicam de maneira inofusável que a actual composição da Assembleia da República, não corresponde ao apoio, à força e à influência real dos partidos nela representados.

A perda da maioria pela «AD» alteraria profundamente o quadro da Assembleia, a «AD» deixaria de poder impor a sua vontade e o próprio PS ganharia força a oposição a «AD» e à sua política.

Neste momento não vemos qualquer hipótese de um acordo do PCP com o PS que sob o comando de Mário Soares está aliado a «AD». Mas a derrota da «AD» não só teria estrondosas repercussões na dinâmica do movimento democrático, como teria inevitavelmente repercussões profundas nas próprias fileiras do PS, abrindo novas possibilidades de mudança de orientação, por vontade dos seus militantes.

Estas já seriam razões suficientes para que o receio da dificuldade de uma alternativa não impedisse a adopção das medidas necessárias para afastar a «AD» do Poder.

Há porém ainda uma outra razão: uma realidade que salta cada vez mais à vista. Pensando no CDS, no PPD, no PPM, no PS aliado a «AD» por imposição do seu secretário-geral, uma ideia é cada vez mais geral: com tais partidos tudo se complica e nada se resolve.

Tais sentimentos estão muito generalizados e expressam uma busca intensa da solução para o desfazimento entre a política da «AD» e do PS e os interesses e a vontade da grande maioria dos portugueses.

Por isso não se admitir modificações, do quadro partidário actualmente existente, abrindo novas possibilidades a soluções democráticas.

5 Condições objectivas para uma mudança do quadro partidário

Esta questão da eventual mudança do quadro partidário pela modificação do peso relativo dos partidos existentes e pela possibilidade da criação de novos partidos é uma questão que actualmente enche os jornais e dá lugar a vivos comentários e polémicas.

A amplitude e intensidade do debate indica que se não trata de especulação em torno de uma hipótese mas de ideias que ganham corpo na vida política nacional.

Como vê o PCP esta questão?

A necessidade de mudança do quadro partidário é um dado da situação, uma vez que no quadro partidário actualmente existente (com o PS enfraquecido e aliado à direita) não parece possível no imediato uma alternativa democrática.

Mas uma coisa é a necessidade, outra a possibilidade, ainda outra a probabilidade.

Que se pode dizer a este respeito?

Pode dizer-se que não se trata apenas de necessidade mas de probabilidades e probabilidade que resultam do amadurecimento das condições objectivas para tal mudança.

Quais são essas condições objectivas?

A primeira: a «AD» profundamente desprestigiada pela sua política, que provoca um descontentamento generalizado perdeu grande parte do apoio social, político e eleitoral de que dispunha.

A segunda: o PS está dividido, organicamente esfacelado, desprestigiado pela sua aliança com a direita e pela sua orientação, pelo que uma grande parte dos membros e eleitores do PS não se reconhecem na orientação da sua direcção, o que significa também uma séria redução da sua base de apoio.

A terceira: a restrição substancial da base de apoio da «AD» e do PS (como o PCP tem sublinhado) criou um vastíssimo campo politicamente vazio, de muitas centenas de milhares de portugueses e portuguesas que deixaram de acreditar na «AD» e no PS/Mário Soares e que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.

Uma parte daqueles que abandonam a «AD» e o PS, vêm até nós, comunistas. Mas uma outra (e certamente a maioria) procura uma resposta política que não encontrou até hoje.

Deve acrescentar-se a existência de numerosos «independentes», a acentuação da sua intervenção na vida política, a necessidade que muitos sentem de actuarem de uma forma organizada.

Isto é: por um lado, o actual quadro político partidário não corresponde às tendências e opções reais do Povo português.

Por outro lado, é suficientemente nítido o desenvolvimento de tendências políticas no sentido da formação de novos partidos.

Para nós não oferece dúvida que um partido democrático que, neste momento aparecesse na cena política na área da influência perdida pela «AD» e pelo PS, com um programa sério, de respeito pela legalidade democrática e da solução dos problemas nacionais, alcançaria rapidamente um amplo apoio social e político e poderia obter em eleições para a AR resultados suficientes para alterar a correlação geral das forças partidárias.

Quando se fala de novos partidos, logo o CDS, o PPD, o PS e outros levantam um coro indignado de protestos.

Até o PPM, que já tem o monopólio da monarquia (e esse ninguém lho contesta), também julga ter direito ao monopólio da ecologia. E aqui temos a guerra por um micromonopólio do micro-PPM contra o micro-Verdes.

Donde vem tanto medo, camaradas? Tanto medo vem da consciência que vão tomando esses partidos de que a sua base de apoio se pode desmoronar.

E qual a posição do PCP?

As condições desses senhores consideramos que os partidos existentes (entre os quais o nosso) não têm o monopólio da organização política.

Por contrário desses senhores, reconhecemos aos cidadãos o direito de formarem os partidos que entenderem no quadro do regime democrático.

E se se fala de um partido presidencialista (e é isso que mais assusta a «AD» e o PS/Mário Soares) que autoridade têm a «AD» e o PS para contestar a formação de partidos que apoiem o Presidente da República, quando tanto a «AD» como o PS, em 1980, conduziram as suas campanhas nas eleições presidenciais ligando ao Presidente a formação de um governo dos partidos respectivos?

Eles têm medo. Nós não temos. O nosso Partido está de boa saúde, os seus objectivos e apoios são sólidos e pensamos que os votos no PCP (e para já os votos na APU nas eleições autárquicas) não diminuirão pelo facto de novos partidos serem formados.

E se forem democráticos, se se opuserem realmente à reacção, se se voltarem para a solução dos problemas nacionais, poderão os grandes caciques políticos protestar e insultar, mas a democracia terá que aceitá-los como um facto normal e positivo.

6 A batalha das autarquias

Independentemente de serem ou não tomadas nas semanas próximas as medidas que consideramos urgentes para correr com a «AD» do Poder, temos por diante, em 12 de Dezembro (se não houver alterações imprevistas) as eleições para as autarquias.

As eleições para as autarquias constituem uma grande batalha política em cujos preparativos devemos empenhar as nossas forças.

Há quem diga que as eleições para as autarquias serão um «teste» tendo em vista as eleições para a Assembleia da República.

A palavra «teste» é excessiva. As eleições para as autarquias têm uma dinâmica muito diferente das eleições para a Assembleia da República. Nas eleições para as autarquias a «AD» tem mais possibilidades do que nas eleições para a Assembleia da República e com o PS (dividido e desorganizado na base) sucede precisamente o contrário.

Entretanto, as eleições para as autarquias, não apenas os resultados, mas todo o processo eleitoral e a luta política que nele se trava, terão importantes consequências na vida política: no que respeita ao Poder Local democrático e no que respeita à situação política em geral.

Reduzir as posições da «AD» nas autarquias, aumentar os votos e os eleitos, reforçar as posições da APU, ganhar novas Câmaras e novas Juntas, — são objectivos fundamentais.

Se os objectivos da Direcção do PS fossem derrotar a reacção e contribuir para uma gestão democrática no Poder Local, o PS poderia demonstrá-lo claramente nas eleições para as autarquias.

Como temos dito repetidamente, bastaria que comunistas e socialistas se entendessem nas eleições, para que «AD» perdesse a presidência e a maioria em algumas dezenas de Câmaras entre as quais a capital, Lisboa, algumas sedes de distrito e importantes cidades e vilas.

Como temos também lembrado, propusemos ao PS o exame dessa possibilidade. Mas o secretário-geral do PS envolvido na aliança com a «AD» para a revisão da Constituição, proibiu ao PS quaisquer contactos com o PCP e, também nas autarquias, uma vez mais, volta-se para uma aliança com a reacção.

O secretário-geral do PSD, Capucho, não guarda segredo. Insiste em dizer que há já negociações entre o PSD e o PS nos concelhos de maioria APU e exemplifica com os distritos de Évora e Beja onde as negociações estariam em curso.

Os dirigentes do PS deviam pensar três vezes. Em Évora já tiveram a experiência. Aliaram-se à «AD», provocaram eleições e o resultado foi a APU passar de maioria relativa para maioria absoluta. Em Loures fizeram o mesmo e a APU subiu de 32,1% para 45,3% dos votos.

Se voltam a tais alianças arriscam-se a apanhar novas ensaboadelas.

As Câmaras APU, na sua quase totalidade, estão assentes na maioria do eleitorado, com percentagens que na maior parte dos casos ultrapassam os 50%.

A gestão da APU tem sido democrática, honesta, ao serviço dos interesses locais e das populações.

Não vamos diminuir mas aumentar o número de votos e de eleitos.

Quando afirmamos que a Direcção do PS se alia e colabora com a «AD», quando dizemos que essa aliança não serve a democracia, quando (falando da revisão da Constituição) concluímos que o PS deixou entrar o inimigo pelas linhas de defesa da democracia que lhe estavam confiadas, quando muito justamente afirmamos que o PS, com tal orientação, não está em condições de ser um sólido suporte do regime democrático, logo chovem, não as respostas políticas, mas os insultos mais desbragados.

A Comissão Permanente do PS vai mesmo ao ridículo de lançar a ideia de um inquérito parlamentar ao secretário-geral do PCP.

Que dizer deste estado de espírito?

Por um lado, que a grosseria dos insultos é directamente proporcional à falta de razão política, à falta de argumentação convincente e à intensidade do sentimento de derrota.

Por outro lado, que é sintomática esta tentação de introduzir processos administrativos de tipo repressivo na batalha política e na luta de ideias.

Em tal direcção, o que estão já a magiar estes senhores? Em

tribunais plenários, onde os comunistas sejam julgados e para defender os quais se ofereça o dr. Mário Soares?

Felizmente, camaradas, contrariamente ao colaboracionismo da Direcção do PS com a reacção, milhares e milhares de socialistas tomam uma atitude democrática.

Queremos aqui informar que um número já apreciável de membros do PS, ou eleitos do PS nas anteriores eleições para as autarquias, em desacordo com as alianças do PS à direita, fazem desta vez parte de listas da APU.

Nós daqui os saudamos calorosamente como companheiros de luta em defesa do Poder Local democrático, dos interesses das populações e do regime democrático, assim como saudamos calorosamente os companheiros do MDP e os independentes incluídos nas listas da APU cujo número excede largamente o número nas anteriores eleições.

A APU lança-se ao trabalho. Não para perder, mas para ganhar.

7 O Partido, a APU e os símbolos

Nós, os comunistas, defendemos a realização de eleições, como forma básica de escolha democrática dos órgãos do Poder Local.

Mas há eleições e eleições. Há eleições democráticas e há lanchadas eleitorais.

Os partidos reacçãoários sempre se caracterizaram por quererem impor tais regras, tais processos e tais práticas às eleições que estas se tornam um escárnio e uma falsificação da vontade popular.

Antes do 25 de Abril, todos nos lembramos das «eleições»-burla de Salazar e Caetano. Depois do 25 de Abril, as forças reacçãoárias têm procurado impor métodos semelhantes e têm conseguido, embora parcialmente, impedir o carácter verdadeiramente democrático de todas as fases e de todo o processo eleitoral, a começar pelo uso abusivo e monopolizador dos meios de comunicação social como a Rádio e a Televisão, que, com raros momentos de excepção, nos dão actualmente um espectáculo vergonhoso de desinformação e de tentativa de lavagem ao cérebro dos telespectadores e radiouvintes.

Uma nova tentativa para distorcer o quadro democrático das eleições foi a nova lei eleitoral para as autarquias que a «AD» aprovou na Assembleia da República (com a abstenção dos deputados do PS) e a qual o Presidente da República opôs o seu veto.

A «AD» ficou furiosa com esse veto. Ficou furiosa porque, com tal lei, esperava já arrastar para a «AD», por processos ilícitos (ou contra pura e simplesmente) mais algumas centenas de milhares de votos.

Esperava pelas mãos dos caciques da «AD» poder levar umas itinerantes aonde muito bem entendessem para ali as enchermes de votos. Esperava forjar falsos deficientes (na base de documentação cuja contestação não seria admitida) para os levar às secções de voto acompanhados por capangas que os «ajudariam» a inscrever a cruzinha no boletim de voto na «AD», claro. Esperava proibir a propaganda eleitoral em pequenos povos. E esperava também impor à APU a utilização de um símbolo diferente daquele que foi livremente escolhido e que é o seu: as três argolinhas.

Deve dizer-se que as disposições dessa lei antidemocrática relativas aos símbolos das coligações tinham como único e declarado objectivo impedir que a APU continuasse a usar o seu símbolo.

Tratava-se, portanto, não de um princípio geral da lei e de um objectivo geral, mas de uma disposição visando atingir e limitar o exercício de um direito (de escolha) ao serviço dos cidadãos por determinadas formações políticas. Tal disposição infringia abertamente o princípio constitucional da igualdade e do obrigatório «carácter geral e abstracto» das leis restritivas dos direitos e liberdades.

Mas, se assim é no plano jurídico, é necessário também esclarecer a razão política por que queriam obrigar a APU a modificar o seu símbolo.

Queriam obrigar a APU a modificar o seu símbolo porque as três argolinhas se tornaram justamente o símbolo não de um partido ou de outro (não do PCP nem do MDP) mas de uma vasta coligação democrática: do PCP, do MDP, de democratas independentes, de socialistas, coligação aberta a todos os cidadãos dispostos a trabalhar em defesa do Poder Local democrático e do regime democrático e na solução dos problemas das populações, como plataformas para cada autarquia que não são plataformas de tal ou tal partido, mas dessa vasta coligação e aliança que, por isso mesmo, tem todo o direito a escolher o seu símbolo próprio.

Queriam obrigar a APU a modificar o seu símbolo porque, pela experiência dos povos na gestão das autarquias e em contraste com a experiência dos arbitrários, favoritismos e corrupções nas gestões «AD», as três argolinhas se tornaram justamente o símbolo de uma gestão esforçada, honesta, isenta, ao serviço dos povos e em ligação com eles, resolvendo frequentemente em curtos períodos de tempo (apesar da sabotagem de toda a espécie, entre elas a não aplicação da Lei das Finanças Locais, de dificuldades levantadas pelo Governo) os problemas que arrastavam anos e anos nas gestões anteriores.

Queriam obrigar a APU a modificar o seu símbolo porque as três argolinhas se tornaram um símbolo de confiança, de esperança e de vitória, que o eleitorado conhece e em que, estamos certos, votará de futuro ainda em maior número.

A propaganda reacçãoária diz e volta a dizer, repete e volta a repetir que com as 3 argolinhas o PCP pretende ocultar o seu símbolo, a sua presença partidária, os seus objectivos.

Mas quem é que no fim de contas esconde os seus objectivos? Quem esconde os seus objectivos são aqueles que se afirmam «democratas» e «cristãos» quando querem destruir a democracia e são animados pelo ódio e a violência. Quem esconde os seus objectivos são aqueles que sendo de direita se afirmam «social-democratas» e aqueles que estando aliados à direita contra as conquistas da Revolução portuguesa e a favor da recuperação capitalista continuam a intitular-se de «socialistas».

A utilização de um símbolo por uma coligação é absolutamente natural e legítimo e nada tem a ver com a ocultação dos partidos que a compõem.

Uma coisa é o símbolo de uma larga coligação que excede largamente o âmbito dos partidos componentes.

Outra coisa é o símbolo do Partido.

Nós temos um símbolo do Partido de que é também símbolo do trabalho e dos trabalhadores, do martelo da classe operária, a foice dos camponeses, símbolo dos nossos objectivos nacionais que proclamamos, símbolo do ideal comunista universal, símbolo que com a nossa estrela brilha na bandeira vermelha que empunhamos e levantamos bem alto lado a lado da verde-rubra bandeira nacional.

E temos também, em conjunto com o MDP, com democratas independentes, com numerosos socialistas, o símbolo da vasta coligação democrática Povo Unido, — as três argolinhas — com o qual vamos para a frente, com os trabalhadores, com o povo, com as populações, a fim de alcançarmos grandes vitórias nas eleições para as autarquias que se aproximam.

(...)

No momento actual, existem perigos para a democracia. Sim. Existem.

PCP

Beja

Festa alentejana

• Comício com A. Cunhal

Em Beja, mais concretamente no parque de campismo daquela cidade do Baixo Alentejo, vai decorrer no próximo fim-de-semana uma grandiosa festa promovida pela Organização Regional do PCP.

Chama-se Festa Alentejana e durante dois dias vai animar toda a gente de Beja e arredores, pois o programa promete, muito embora a iniciativa seja realizada pela primeira vez.

No domingo, dia 26, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa num comício.

Nos espectáculos musicais estão já asseguradas a presença do grupo Trovante, Carlos Mendes, Luísa Basto e João Fernando e ainda o conjunto Jafumega, entre outros.

Também o desporto não foi esquecido. Neste sector haverá um encontro de futebol de cinco, uma gincana de bicicletas infantil e provas de atletismo.

Um ciclo de colóquios sobre diversificados temas do Alentejo incluirá debates sobre a literatura alentejana e o Poder Local.

Por outro lado, está prevista e vai realizar-se de certeza, uma exposição sobre aspectos essenciais da vida política e económica do distrito de Beja. Num outro pavilhão, estará patente a todos os que visitarem a Festa Alentejana, uma exposição de artes plásticas de artistas do distrito, forma de promover e dar

a conhecer as obras dos artistas plásticos daquela região.

Mas não fica por aqui a Festa Alentejana. Também o artesanato não foi esquecido. Um pavilhão dedicado a esta actividade funcionará durante os dois dias da Festa.

E é tudo? — perguntarão. Não! Terra da Reforma Agrária não poderia deixar de ter um mercado onde as UCP's e Cooperativas do distrito vendessem os seus produtos. Por último, que nestas coisas a comida também faz falta, alguns bares e restaurantes assegurarão um serviço de pratos regionais e petiscos tipicamente alentejanos. É ir e provar. E não esquecer o célebre vinho de Pias.

O Livre Trânsito

Iniciativa sem precedentes no Baixo Alentejo ela terá, sem dúvida o êxito que merece. Entretanto, para entrar na Festa, duas possibilidades foram estudadas — ou através do Livre Trânsito que permite a entrada e saída durante os dois dias, ou então a compra de um bilhete para o próprio dia.

Nesse sentido, a Organização Regional do Alentejo apela a todos os militantes e simpatizantes que ajudem esta iniciativa, ou seja que contribuam para o êxito e a repetição desta Festa Alentejana pelos próximos anos.



Muitos comunistas e outros democratas portugueses estiveram presentes

Em Campanhã, no passado fim-de-semana Foi mesmo uma festa!

Foi uma grande festa a que a Comissão de Freguesia do PCP realizou em Campanhã, no passado fim-de-semana.

Um terreno camarário que se encontrava «a monte» foi transformado pelos comunistas, com a ajuda de habitantes da freguesia, num recinto de alegria, de convívio, de festa. Naquele local existia um parque infantil degradado, destruído. Os comunistas repararam-no e transformaram-no na alegria da pequenada.

Campanhã é a maior freguesia da cidade. Foi gerida pelo PS e desde 79 pela «AD». Continuum por resolver os inúmeros problemas, patentes numa exposição promovida pelos cama-

radas da organização local.

Ali estavam os bairros sem infra-estruturas, a falta de transportes, as condições desumanas em que muita gente ainda vive, ali, naquela exposição, simples nas elucidações, estavam os problemas que o PS e a «AD» não resolveram.

Em 1979 a APU ficou a 2000 votos da força mais votada. De 76 para 79 a APU subiu mais de 2000 votos. Com João Ventura à cabeça de lista, a APU propõe este ano ganhar a presidência da Junta.

E esta Festa foi a demonstração viva de que isso é possível. Esteve muita gente, nos espectáculos que se realizaram, com

José Viana e Dora Leal, com Carlos do Carmo, com Samuel, Barata Moura, Carlos Cunha e os «Já-Fumega».

A chuva não impediu que ali se vivesse o calor da alegria e da esperança num futuro melhor.

Ponto alto da Festa e da determinação na luta por uma alternativa válida para Campanhã foi o comício que se realizou na tarde de domingo, onde intervieram o camarada Eurico Teixeira, do executivo da Comissão de Freguesia; João Ventura, cabeça de lista na candidatura APU; e o camarada Ângelo Velloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Delegação da juventude do MPLA em Portugal

A convite da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) esteve em Portugal uma delegação da Juventude do MPLA/Partido do Trabalho (JMPLA), chefiada por Domingos Bartolomeu, 1.º secretário daquela organização e membro do Comité Central do MPLA/PT.

A delegação angolana, que integrava ainda Ventura Azevedo, secretário para as Relações Exteriores, Maria Helena, membro das FAPLAS e Fonseca, colaborador político do secretariado do MPLA, considerou esta visita muito importante para o reforço da amizade e cooperação que une a JCP e a JMPLA, ligadas por pontos de vista comuns e uma grande camaradagem.

Durante a sua estada em Portugal os jovens angolanos tiveram oportunidade de contactar com jovens comunistas, de outras forças e sem partido, nas deslocações que fizeram a Avis, onde visitaram a Cooperativa 1.º de Maio, foram recebidos pelo Presidente da Câmara, conheceram a Casa da Cultura e participaram num Comício de Amizade, pela Paz e contra o Racismo e o Apartheid.

A delegação teve ainda encontros com estudantes universitários.

rios, com a direcção da Associação de Direito e com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, para além de uma visita à Quimigal e ao concelho do Barreiro, onde foi recebida pelo Presidente da Câmara.

Em conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, em que participaram também António Carreto, da JCP e do CC do PCP e Madalena Santos, da SIP e da Comissão Central da JCP, Domingos Bartolomeu salientou a importância da visita que permitiu um melhor conhecimento da realidade portuguesa e referiu-se à situação que se vive em Angola, ameaçada com

as constantes agressões do regime racista da África do Sul. Esta questão seria aliás o tema da intervenção do 1.º secretário da JMPLA no comício realizado no mesmo dia, pelo PCP (ler nesta edição).

Domingos Bartolomeu salientou ainda os esforços desenvolvidos para uma maior participação da juventude angolana em todos os sectores da vida nacional. A JMPLA conta já com cerca de 85 mil membros, organizados em mais de seis mil estruturas de base, duzentos comités por local de trabalho e organismos intermédios a nível municipal e provincial.

Reunião da CC da JCP

Realiza-se no próximo domingo, dia 26 de Setembro, a partir das 10 horas, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma reunião da Comissão Central da JCP — Juventude Comunista Portuguesa.

A actual situação política e as próximas eleições autárquicas estarão no centro das atenções da reunião,

que abordará ainda o trabalho preparatório para o Encontro Nacional da JCP, a realizar no início de Novembro.

As conclusões da reunião serão divulgadas em conferência de imprensa na segunda-feira, dia 27, às 16 horas, na sede nacional da JCP (Rua Sousa Martins, 8, Lisboa).

«Nada justifica que este Governo se mantenha em funções» — afirmou Octávio Pato no Couço

«Varrer a AD do Poder, impedir a concretização dos seus planos é tarefa de todos os democratas e patriotas», afirmou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, no comício da Festa da Espiga Vermelha, que decorreu no passado fim-de-semana, no Couço.

Durante a sua intervenção, acompanhada por cerca de duas mil pessoas, Octávio Pato denunciou o carácter antidemocrático e antinacional da política do Governo AD («nada, absolutamente nada, justifica que este Governo se mantenha em funções») e referiu-se aos perigos que ameaçam a democra-

cia («as alterações ao poder político que, pela mão do PS, a «AD» conseguiu introduzir na Constituição, são de molde a inspirar aos democratas as maiores apreensões»).

«Com quem pretende Mário Soares e o seu grupo defender a democracia? Com os que estão contra a democracia? Até aqui as suas alianças processam-se à direita e nada indica que pensem alterar essa posição. Pelo contrário. Pela entrevista que Eduardo Pereira, dirigente do PSM, Soares deu ao jornal «Tempo» e à RDP, podemos verificar que a direcção do PS admite toda a espécie de alianças, delas excluindo única-

mente o PCP, de quem foge como o diabo da cruz», salientou Octávio Pato, que noutra passagem da sua intervenção sublinhou a importância de participação de socialistas nas listas APU.

Nos dois dias da Festa da Espiga Vermelha decorreram numerosas iniciativas, nomeadamente espectáculos musicais, actividades desportivas, actuações de ranchos folclóricos, bailes, mercado da Reforma Agrária, exposições, quermesses, colóquio sobre questões autárquicas, etc.

A Festa foi promovida pela Comissão de Freguesia do Couço.

Encontro Nacional de Quadros da Administração Pública

No Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, vai decorrer no próximo sábado, dia 25, o Encontro Nacional de Quadros do PCP da Administração Central, Regional e Local.

A realização desta importante iniciativa vai propor-

cionar a análise e o debate objetivo dos aspectos mais salientes da situação dos trabalhadores da administração pública e da acção dos comunistas junto destes sectores profissionais.

O encontro funcionará em dois períodos: das 10 às 13

horas e das 14 e 30 às 19 horas.

O camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participará nos trabalhos do encontro.

Nos três primeiros dias de Outubro uma bela festa para as populações do Montijo e de Alcochete

«Em 1982, esta Iniciativa de carácter político-cultural assume fundamental importância, dado que será um contributo excepcional para a divulgação das realizações dos eleitos comunistas e seus aliados da APU nas autarquias locais», salientam ao «Avante!» as Comissões Concelhias do Montijo e de Alcochete, a propósito da realização da

Festa Povo Unido, iniciativa de convívio organizada conjuntamente por aquelas CC's e que decorrerá nos dias 1, 2 e 3 de Outubro.

Além do comício com Álvaro Cunhal no segundo dia da Festa, às 19 e 30, o programa apresenta fortes motivos de interesse, nomeadamente com as exposições (autarquias, movimento associativo e desporto, juven-

tude, mulheres, idosos, o PCP e a luta dos trabalhadores dos dois concelhos), o painel gigante com pinturas de artistas portugueses, o espectáculo de variedades na noite do dia 1, com Samuel, Carlos Paredes, Fernando Alvim e Joaquim Pessoa e o espectáculo de encerramento na noite do dia 3, com Carlos do Carmo, Rogério Paulo, José Jorge Letria e Tony Sousa.

O artesanato regional estará bem representado em vários pavilhões, com peças da Marinha Grande, Grândola, Sesimbra, Seixal, Palmela, Alcácer do Sal, Montijo e Alcochete.

«Ao adquirir a sua EPU (Entrada Povo Unido), não só poderá entrar na Festa durante os três dias, como se habilitará ao sorteio de valiosos prémios a realizar no dia 3 de Outubro no recinto da Festa» (Largo da RN, no Montijo), referem as CC's que promovem a iniciativa e que informam ainda: «Estão assegurados transportes em autocarro nos três dias da Festa pela meia-noite e trinta para as freguesias de Sarihães Grandes, Samouco e Alcochete. E nos dias 2 e 3 pela mesma hora estão asseguradas carreiras para Canha e S. Isidro».

Encontro em Sintra

No próximo sábado, dia 25, realiza-se no Palácio Valenças, em Sintra, um encontro de militantes para debate de questões relacionadas com as eleições autárquicas. O encontro decorrerá entre as 14 e 30 e as 20 horas.

Reunião da DORT

A situação política regional e as próximas eleições autárquicas foram temas profundamente debatidos na terceira reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP, que decorreu no passado dia 12.

O texto das conclusões da importante reunião está dividido nos seguintes capítulos: situação política regional — «a libertação da sociedade civil» AD arruina

Trás-os-Montes; a AD é o escarvalho da agricultura; a AD é a filoxera que volta ao Douro; só os grandes capitalistas ganham com a AD; o que sobra em demagogia não tapa a nudez crua da verdade; a luta é o caminho; eleições autárquicas — a má gestão, corrupção e incompetência da AD; o que pretendem os socialistas?; o papel dos eleitos da APU; a APU, alternativa real.

Novo CT na Charneca da Caparica

Começa já no próximo dia 5 de Outubro a construção do novo Centro de Trabalho do PCP em Charneca da Caparica, cujo custo, só em materiais, orçará os mil e 500 contos. A mão-de-obra será toda voluntária!

Entretanto já está formada a Comissão de Fundos Pró-Centro, prevendo-se a duração dos trabalhos para um ano.

Camaradas da Charneca da Caparica: mãos à obra!

Benfica

• Plenário no CT

Com início às 21 horas, realiza-se amanhã um plenário da organização de Benfica com camaradas residentes e organizados nos sectores profissionais daquela freguesia lisboeta.

A discussão do plano de trabalho a desenvolver para as eleições autárquicas mobilizará grande parte do debate no plenário.

Participará o camarada Jorge Cordeiro, do Executivo do Comité Local de Lisboa (CLL) e da Comissão autárquica da DORL.

O plenário decorrerá no Centro de Trabalho de Benfica.

Hotelaria e Turismo

No próximo sábado, dia 25, reúne no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, o plenário da organização dos trabalhadores comunistas do sector de Hotelaria e Turismo de Lisboa.

A discussão das conclusões da última reunião do Comité Central é ponto destacado da ordem de trabalhos. O plenário está marcado para as 15 e 30.

Concelho de Palmela

Com vista à dinamização do debate sobre questões como a batalha eleitoral das sutarquias e o reforço da organização do Partido, vão realizar-se no concelho de Palmela os seguintes plenários:

Amanhã — célula da Cometa e organização local de Píniah Novo;

Sábado — organização local da Venda do Alcaide.

Entretanto, realizou-se no passado domingo um almoço-convívio no Bairro Alentejano (Palmela), com a participação

de cerca de 70 camaradas e amigos. Esteve também presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central, que, na sua intervenção, se referiu à actual situação política e social, aos perigos do acordo AD/PS na revisão constitucional, às tarefas do movimento operário e popular para travar os planos da reacção e à importância da próxima batalha eleitoral para as autarquias locais. No final, realizou-se um animado espectáculo com o grupo «Terno de Ouros».

2.ª zona do CLL

A 2.ª zona do Comité Local de Lisboa (freguesias de Alcântara, Ajuda, Belém, S. Francisco Xavier e Prazeres) promove no sábado um encontro de quadros, às 15 horas, na Sociedade «Ordem e Progresso».

Eleições autárquicas é o tema central da reunião, na qual estarão presentes eleitos do Partido e o camarada Martins Coelho, do CC.

8.ª zona do CLL

O organismo de direcção da 8.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) realiza no próximo sábado, dia 25, na Escola Fernando Pessoa, nos Olivais Sul, um encontro de quadros que abordará, entre outros aspectos de viva actualidade, a situação política e social, a preparação das eleições autárquicas e a intensa luta de massas que se desenvolve contra o Governo «AD».

Diz-nos o organismo de direc-

ção da 8.ª zona que «o objectivo central do encontro é definir as principais medidas a tomar com vista a responder às exigências da situação política».

Está prevista a participação de mais de uma centena de camaradas. José Casanova, suplente da Comissão Política do Comité Central, estará presente no encontro. O início dos trabalhos está marcado para as 14 e 30.

Santiago do Cacém

O sorteio promovido pela Comissão Concelhia de Santiago do Cacém, do PCP, sob o lema «Reforçar o Partido, defender o 25 de Abril», apurou os seguintes números premiados:

1.º — 1831; 2.º — 5502; 3.º — 3387; 4.º — 5609; 5.º — 3184; 6.º — 2469; 7.º — 1828; 8.º — 5987; 9.º — 0986; 10.º — 0404.

Parabéns aos contemplados!

Álvaro Cunhal no Escoural

No próximo domingo realiza-se no Escoural (concelho de Montemor-o-Novo) um comício de homenagem à memória das camaradas Caravela e Casquinha, assassinadas há três anos nos campos do Alentejo. Estará presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Recorda a Comissão Concelhia de Montemor do PCP: «No próximo dia 27 (segunda-feira) passa o terceiro aniversário sobre os assassinatos das camaradas Caravela e Casquinha, barbaramente assassinadas pela GNR, na Herdade Vale Nobre, pertencente à UCP Bento Gonçalves, quando juntamente com centenas de outros trabalhadores defendiam a Reforma Agrária».

Apelando à participação popular na homenagem de domingo («uma grande jornada de luta pela defesa da Reforma Agrária e do 25 de Abril»), a Concelhia do PCP salienta que «numa altura em que o ministro Ângelo Correia deturpa o resultado

do inquérito e o Governo mente sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto, numa altura em que o Governo «AD» intensifica o roubo e as ilegalidades contra a Reforma Agrária, numa altura em que o Governo «AD» cada vez mais agrava a situação económica do país, levando milhares de trabalhadores para a miséria e o desemprego — os trabalhadores do Alentejo, o povo português, exigem o apuramento das responsabilidades e o julgamento e punição dos criminosos que ceifaram duas vidas em Vale Nobre e exigem que os órgãos de soberania, nomeadamente o Presidente da República, tomem medidas patrióticas que se impõem: demissão imediata do Governo «AD», dissolução da Assembleia da República, formação de um Governo de gestão isento e convocação de eleições antecipadas no prazo de 90 dias».

O comício de domingo realiza-se às 16 horas, no campo de futebol do Escoural.

Poder local

Não é o PCP que tem uma «prática subversiva»

— é a direcção do PS que tem uma política de direita

Em resposta a uma nota do Secretariado da Federação de Évora do Partido Socialista esta semana publicada, pejada de calúnias contra o PCP e a APU, a Comissão Distrital de Évora do PCP divulgou um comunicado que traduz, afinal, a posição de muitas outras organizações do Partido e da APU, hoje acusadas pela direcção do PS/Mário Soares de "prática subversiva", a propósito da inclusão em listas APU para as autarquias locais de muitos socialistas e eleitos PS que não se vendem à direita.

Afirma a Comissão Distrital de Évora:

"O PCP sempre defendeu e defende o alargamento da unidade, o aprofundamento das formas de acção comum de todos os democratas, como direcção fundamental da sua actividade e interven-

ção política, aos mais diversos níveis, nomeadamente nos órgãos de poder local.

"Tal política é reconhecida por muitos e muitos homens e mulheres designadamente socialistas que com os comunistas

trabalham nas autarquias para a resolução das carências que afectam as populações, para melhoria das condições de vida das populações e na defesa da democracia.

"É esta a razão que tem levado muitos socialistas a aceitar integrar as listas da Aliança Povo Unido, repudiando assim a política conduzida pela Direcção do PS de alianças com as forças reacçãoárias da "AD" e de colaboração com o seu plano golpista da destruição do regime democrático saído do 25 de Abril, como aconteceu recentemente no processo da revisão inconstitucional da Constituição.

"A direcção actual do PS tem recusado todas as propostas do PCP com vista a um entendimento eleitoral que permitira ganhar à AD 29 Câmaras Municipais e com uma ligeira subida de votos mais 16. Todavia o PS/Mário Soares mais uma vez alia-se com o PSD e a "AD", contra o PCP e a APU como admite o secretário nacional do PS Eduardo Pereira em recente entrevista à RDP e confirma o secretário-geral do PSD António Capucho, em entrevista ao semanário "Tempo".

"Devido à sua política, é o PS e não o PCP, quem se isola dos trabalhadores e do povo português. O alargamento da unidade das listas da Aliança Povo Unido, concretizada na adesão de centenas de socialistas e milhares de democratas sem partido, em todo o País, é uma prova indelével, que só a cegueira política dos dirigentes do PS impede de ver."

A Comissão Distrital de Évora comenta em seguida a parte da nota do PS que se refere às "derrotas do PCP". E pergunta:

"Desconhecemos os dirigentes da Federação do PS que a APU na votação para as Assembleias Municipais do Distrito obteve, em 1976, 47,56% dos votos e em 1979 subiu para 54,16%, reforçando as suas posições em todas as câmaras e assembleias municipais e ganhando mais 18 (de 48 para 66) presidenciais de Juntas de Freguesia, enquanto o PS desceu de 33,02%, em 1976, para 17,19%, em 1979 perdendo uma Câmara e 21 presidenciais de Juntas?"

"Estarão já os dirigentes da Federação do PS esquecidos do descalabro eleitoral a que a sua política de alianças com a reacção contra a Reforma Agrária e as conquistas de Abril, os levou nas eleições intercalares para a Câmara de Évora em 1978 e nas eleições de 1979?"

"O PCP — prossegue o comunicado — sempre tem manifestado que a defesa da democracia necessita de um Partido Socialista forte, coeso e comprometido com a defesa do 25 de Abril.

"A política sistemática de alianças da direcção do PS com a direita, enquanto mantém a sua insistente recusa em se entender com os comunistas e outros democratas, tem conduzido o PS a um constante enfraquecimento, à sua desagregação interna, à significativa diminuição da sua base social e eleitoral.

"O PS não representa hoje qualquer alternativa à "AD" e à sua política.

"A alternativa à gestão reacçãoária da "AD" está na gestão democrática da APU, como o reconhecem milhares de democratas, designadamente socialistas, que dão o seu apoio à formação de listas da Aliança Povo Unido, reforçando assim a trincheira da luta pela defesa das conquistas de Abril e do regime democrático."

A terminar, a Comissão Distrital de Évora do PCP "chama todos os democratas do distrito à unidade na acção, segura de que a derrota da "AD" nas próximas eleições autárquicas é o caminho da defesa do regime democrático."



Encontro Concelhio da APU em Almada

Decorreu na Incrível Almadaense, no passado sábado, o Encontro Concelhio da APU de Almada que reuniu cinco centenas de participantes e levou ao salão onde decorreram os trabalhos uma multidão permanente de atentos espectadores. Produziram-se 22 intervenções feitas por membros do PCP, do MDP/CDE e independentes, sendo de destacar o balanço, necessariamente sintético, apresentado pelos eleitos APU nos diversos órgãos autárquicos do Concelho.

Foi aprovado um manifesto à população do Concelho — de que respigaremos algumas passagens — o qual teve 31 propostas de alteração, indicando o grau de participação em que decorreram os trabalhos.

De salientar ainda a importância dada pelos trabalhadores a este Encontro, o que circunstanciou intervenções e levantamento de questões de grande actualidade e premência, quer local quer nacional.

Nomeadamente a intervenção feita pelos representantes das empresas da zona foi no sentido de ligar a importância dos resultados eleitorais das próximas eleições autárquicas como elemento importante na defesa do regime democrático.

A luta da Lisnave seria parti-

cularmente saudada quando da intervenção do Arsenal do Alfeite, que falou em nome de todo o sector naval. Entretanto a tónica das intervenções apontou para o reforço geral da APU em votação e mandato, dando-se particular realce à necessidade de alcançar a maioria na única Freguesia do Concelho de Almada que ainda está nas mãos da "AD" — exactamente a Freguesia da Costa da Caparica.

No final realizou-se a Comício onde foi principal orador o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP; usariam igualmente da palavra António Galhorda, destacado dirigente do MDP/CDE, e Brissos de Carvalho, maior na reserva, independentemente pela APU e ex-governador civil de Beja.

O manifesto

Começando por recordar que «a defesa, reforço e consolidação do Poder Local são do interesse directo da democracia portuguesa, da melhoria das condições de vida do nosso Povo, do progresso e desenvolvimento do nosso Concelho», o manifesto aprovado por unanimidade e aclamação no Encontro Concelhio da APU de Almada destacaria de seguida a importância da unidade de todos os democratas, bem patente na APU pois «de um total de 374 candidatos da APU (dos eleitos no Concelho), elevado número não são do PCP do MDP/CDE, o que demonstra que o Poder Local Democrático, como expressão de uma ampla participação popular na vida democrática do País e como valioso instrumento de transformação das condições de vida da população, é uma importante conquista de Abril».

Recordar-se-ia também que «os eleitos da APU, mesmo em minoria no único órgão autárquico ocupado pela "AD", na Costa da Caparica, se afirmaram entre os mais competentes, dedicados e isentos», pelo que «A Costa da Caparica precisa de uma gestão APU».

E mais à frente: «Honrando a contribuição determinante que deram para a constituição efectiva e para a institucionalização constitucional e legal do Poder Local, honrando a sua vastíssima e dinâmica acção desenvolvida desde o 25 de Abril nas Autarquias, os eleitos da APU reafirmaram perante o Povo do nosso Concelho o seu firme compromisso de, no conjunto da sua ampla intervenção em defesa do regime democrático, do Portugal de Abril, da solução dos problemas do Povo do nosso Concelho, continuarem a agir incansavelmente pela defesa, reforço e consolidação do Poder Local democrático».

Após confiar no êxito da APU nas próximas eleições autárquicas em Almada, numa certeza «que vem do trabalho realizado, da honestidade dos seus eleitos, da competência que tem demonstrado para a resolução dos problemas», o documento recorda que as Autarquias APU no Concelho «fizeram mais, em importantes sectores, nestes últimos seis anos, do que as autarquias do fascismo em 48 anos e, sem dúvida, fizeram mais do que as autarquias com maioria de outras políticas, nomeadamente a "AD" apesar da sabotagem feita pelos seus Governos, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais» (que retirou à Câmara de Almada muitas centenas de milhares de contos).

O manifesto sublinharia ainda que «os eleitos APU afirmam-se pelo seu espírito aberto e unitário e pela cooperação com os eleitos de outras forças políticas. A prova disso está em que dos milhares de propostas apresentadas nos diversos órgãos autárquicos, elas foram aprovadas na sua quase totalidade por unanimidade».

Recordar-se-ia também que «os eleitos da APU, mesmo em minoria no único órgão autárquico ocupado pela "AD", na Costa da Caparica, se afirmaram entre os mais competentes, dedicados e isentos», pelo que «A Costa da Caparica precisa de uma gestão APU».

O PCP e as eleições na região do Algarve

• Larga expressão unitária na constituição das listas Povo Unido

Na sua reunião plenária do passado dia 18, a Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP analisou os vários aspectos da preparação do trabalho para as eleições autárquicas que terão lugar no final deste ano e de 1982. Das conclusões dessa importante reunião, que decorreu em Faro, referimos em seguida as passagens mais significativas.

A DORAL do PCP confirma a apreciação que tem feito e as críticas que tem dirigido à orientação e actividade da generalidade dos órgãos autárquicos geridos no Algarve por maiorias PS, PSD ou «AD».

Em muitos destes órgãos observa-se um funcionamento antidemocrático, na sua maior parte abandonados e sem cumprirem as suas funções.

Tais situações têm correspondência na ineficácia e compadrio com que muitas das CMs do PS têm sido geridas bem como na prepotência e ilegalidade de que se observam na generalidade das gestões «AD».

Em contraste com esta acção, as gestões APU no Algarve saíram do seu mandato com um conjunto vastíssimo de obras realizadas em benefício das populações que os elegeram.

A DORAL procedeu ao exame dos trabalhos preparatórios por parte do PCP e dos activistas da APU para as eleições autárquicas na região, nomeadamente, quanto à elaboração das listas e à campanha eleitoral.

Regista-se como característica essencial deste processo, o carácter amplo da discussão da convivência democrática levada a cabo, com a participação activa e interessada de centenas de militantes e simpatizantes do PCP, do MDP, independentes e outros democratas na escolha das candidaturas.

Saliente-se a importância das listas APU estarem a ser constituídas com base numa larga expressão unitária sendo de destacar a participação em muitas delas de pessoas filiadas no PS e até de votantes e simpatizantes de partidos da área da «AD», independentes, homens, mulheres e jovens que, independentemente da sua filiação ou simpatia partidária, querem ver resolvidos os problemas do Povo, e encontram na APU a melhor garantia para concretizar essa aspiração.

A DORAL reafirma os graves prejuízos que resultam para a população do distrito e para a defesa da democracia, o facto que decorre da recusa por parte do PS em examinar qualquer possibilidade de acordo com o PCP que garantiria uma estrondosa derrota da reacção retradidolhes praticamente todas as actuais maiorias que detêm no Algarve.

Por outro lado denuncia desde já os acordos secretos que se esboçam entre o PS e a «AD» no sentido de concretizarem desistências mútuas, concentração de votos que dificultem a conquista por parte da

APU de novas maiorias ou o reforço das já existentes.

Tais manobras são hoje já visíveis em V. Real de Santo António e em V. do Bispo e podem vir a alargar-se a outras zonas do Algarve.

Denunciando mais uma vez as alianças sem princípio que animam os dirigentes do PS, pela nossa parte estamos certos que tal facto será compreendido juntamente pela generalidade dos eleitores socialistas que rejeitando tal aliança, darão o seu voto democrático à Aliança Povo Unido.

Vem aí o «Viva a Juventude!»

Por iniciativa das Comissões Juvenis de apoio à APU do distrito do Porto, realiza-se a 3 de Outubro o festival «Viva a Juventude».

Mas o que é o «Viva a Juventude»?

Isto foi o «Avante!», saber, junto de Paulo Coelho, Rui Sá e Augusto Arlindo, três jovens da comissão organizadora do festival.

O «Viva a Juventude» é aberto a todos os jovens do distrito e visa ser um momento de debate, de convívio e de festa, com grande participação dos jovens de todas as comissões juvenis e outros.

Isto começou por dizer o Rui, que passou a especificar:

— Um dos grandes momentos do festival vai ser com certeza o debate aberto com o camarada Carlos Costa, dirigente do PCP.

Depois haverá os artistas convidados, dos quais podemos já confirmar os UHF e os artistas convidados pelas comissões juvenis, que são já em número superior a duas dezenas, e os grupos de teatro, de música, que existem pelos bairros e freguesias da cidade. Haverá uma exposição — «Arte-Sana» — onde os jovens poderão expor e vender os seus trabalhos. Haverá serviço de bar, comes-e-bebes, banca de livros e outros materiais, e algumas surpresas. Haverá também intervenções de possíveis candidatos nas listas da APU e das comissões juvenis sobre os problemas que afectam a juventude local.

E a Paula acrescenta:

— O festival vai ser um bocadinho aquilo que os jovens quiserem que ele seja.

— Mas como surgiu a ideia do festival? Que importância tem neste momento uma iniciativa deste tipo? — quis saber o «Avante!».

— Os nossos jovens responderam com entusiasmo:

— A ideia surgiu, por um lado pela necessidade de criar algo onde os jovens possam participar e mostrar que perspectivas têm e o que são capazes de fazer, e por outro lado porque existem já em número razoável comissões de jovens de apoio à APU e era necessário uma iniciativa que as envolvesse no conjunto. Esta é também uma forma de chamar mais jovens ao

trabalho da APU, até tendo em conta a batalha eleitoral que se aproxima, e é uma forma de chamar a atenção da opinião pública para a criatividade e dinamismo da juventude, para o facto de que a juventude está também contra a política de desastre deste Governo e está pronta a participar no combate para transformar esta situação. São muitos os jovens que sentem os problemas derivados desta política do Governo, das câmaras e das freguesias APU. Não têm com que ocupar os tempos livres, não há estruturas para a prática do desporto, da cultura. Os jovens sentem isto e estão contra isto.

E o Arlindo traduzia outra ideia:

Se jurarmos todos os jovens que querem mudar esta situação, fazemos uma demonstração viva daquilo que os jovens são capazes de fazer. Mostramos que os jovens têm uma contribuição importante a dar na solução dos seus problemas.

— Podem dar uma ideia mais precisa dos objectivos deste festival?

A pergunta é um pouco escusada: é evidente que eles têm muitas e claras ideias acerca do que se pretende com esta iniciativa.

— Sabes que o festival é o culminar de um trabalho que foi a criação e a dinamização das comissões juvenis e poderá ser agora um importante arranque. Isto é, depois do festival vamos de certeza com mais força e mais confiança para a batalha

eleitoral. Em torno da APU poderemos contribuir para melhorar as actuais condições de vida da juventude — afirmava confiante a Paula.

Um festival aberto a todos os jovens

— Como é que um jovem que não é APU pode participar no festival?

— Bem, como já dissemos o festival é aberto. Qualquer jovem pode chegar lá e intervir sobre um problema que diga respeito à juventude. Um problema local ou geral. Qualquer jovem pode lá cantar, tocar, fazer teatro. Por outro lado, a comissão organizadora é aberta, qualquer jovem pode ir a uma reunião da comissão organizadora e sugerir coisas. Já agora: nós reunimos na sede do MDP, na Rua Dr. Alfredo de Magalhães, 110-1.

— Mais alguma coisa que queiram dizer?

— Temos um problema, que como não podia deixar de ser é criado pela Câmara «AD». É o problema do local. Há mais de um mês pedimos à câmara três locais alternativos e até hoje não deram qualquer resposta. Praticamente todos os dias telefonamos, empurramos de sr. para sr. E a poucos dias do festival, ainda não temos resposta. Claro que uma coisa destas só podia vir da «AD»... Entretanto temos confiança que o problema será resolvido e o festival vai ser um êxito.

Outro problema é o dos fundos. Aqui vai ser preciso a contribuição de todos, dos jovens e dos menos jovens. Além do que se poderá apurar no bar e na banca está a circular uma rifa/convinde (sai uma canadiana, um saco cama e uma lanterna) a sortear no local. Aqui fica o apelo para a ajuda financeira.

«Viva a Juventude», uma iniciativa das comissões juvenis de apoio à APU no distrito do Porto, não há dúvida, que promete!

Semear e produzir melhor Reforma Agrária promove Encontro das Culturas

Para proceder a um balanço da produção agrícola obtida no último ano e definir as linhas que não de presidir à próxima campanha de sementeiras, mais de meio milhar de trabalhadores agrícolas em representação das UCP's/Cooperativas participaram no próximo dia 2 de Outubro, em Avis, nas instalações da Cooperativa 1.ª de Maio, no Encontro das Culturas Outono-Primavera 82/83.

Promovido por iniciativa dos Secretariados das UCP's/Cooperativas Agrícolas e dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura dos distritos do Alentejo e Ribatejo, o Encontro realizou-se num momento em que para a ameaça de desmantelamento das 400 UCP's existentes, em resultado da política ilegal e repressiva do Governo "AD" contra a Reforma Agrária.

Conforme refere um comunicado subscrito pelos promotores da iniciativa, a campanha de 81/82 que agora terminou registou boas colheitas e bons rendi-

mentos para os quais contribuíram em grande medida as UCP's/Cooperativas. "Como o Encontro irá revelar — salientam os trabalhadores agrícolas — os rendimentos obtidos na generalidade das explorações da Reforma Agrária são bastante superiores à média nacional e inclusive superiores às próprias previsões de curto prazo propostas no autodenominado 'Plano de Mudança da Agricultura' do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP)".

Ora, tais produções e rendimentos, como fazem questão de sublinhar os sindicatos, atestam bem as potencialidades da Reforma Agrária, o esforço heróico dos trabalhadores e a sua decisiva importância para o desenvolvimento da agricultura portuguesa. Isto é tanto mais verdade quanto estes resultados foram obtidos sob o fogo constante dos ataques do MACP, com a natural e permanente instabilidade resultante da usurpação de terras, máquinas e instalações, com o cerco fi-

nanceiro, com a ausência total de apólos técnicos por parte do Estado.

Prevenido-se que continuem a desenvolver-se as linhas de ataque do Governo "AD" o Encontro deverá igualmente debater-se sobre as principais formas de luta e resistência a adoptar para os próximos meses. Uma luta que passa necessariamente, como diz o lema do Encontro, por produzir e resistir.

Depois de se referirem à necessidade de continuar a semear e a produzir "um caminho certo para a defesa das UCP's/Cooperativas e para o aumento da produção nacional", os Secretariados e os Sindicatos Agrícolas lembram que "não há alternativa nos campos do Sul para a Reforma Agrária e é com ela que o Governo, qualquer que ele seja, tem de aprender a viver, acarinhar e consolidar sob pena de se agravarem ainda mais as dificuldades actuais da agricultura portuguesa".

Desemprego nos campos do Sul

• 1200 delegados na Conferência de Montemor

Determinar as causas de desemprego, efectuar um recenseamento do número de trabalhadores atingidos e, ao mesmo tempo, propor medidas concretas para a sua solução e apontar as formas de organização e de luta necessárias, constituem os objectivos da Conferência Regional Sobre o Desemprego na Agricultura, a realizar no próximo dia 9 de Outubro, com início às 9 horas, no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo.

Como referem os promotores da iniciativa — a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal — o desemprego continua a aumentar nos campos do Alentejo

e Ribatejo, principalmente entre as mulheres e os jovens, agravando a vida de muitos milhares de famílias.

Esta situação resulta — no entender dos sindicatos, em documento tornado público — das ilegalidades e da política de arbitrio e violência iniciada com os governos de Mário Soares, sucessivamente prosseguida pelos diferentes governos de direita até ao actual da "AD", o que provocou já a destruição de 40 mil postos de trabalho e uma enorme quebra na produção de riqueza para o país.

Adiantam ainda os subscritores do documento que isto acontece enquanto o Governo continua a permitir que os agrários deixem as terras abandonadas e sub-aproveitadas, não aproveitem barragens e regadios, deixem a azeitona por apañar.

Entretanto, prosseguem as reuniões de desempregados, nas vilas e aldeias e a eleição dos delegados à Conferência. Pretende-se assim alargar a discussão de forma a poder levar ao Encontro as opiniões e propostas de um maior número possível de trabalhadores.

Na Conferência estarão presentes, na qualidade de delegados, cerca de 1200 trabalhadores desempregados dos cinco distritos da Reforma Agrária e dirigentes e delegados sindicais agrícolas. Assistirão também aos trabalhos uma delegação da CGTP-IN, sindicatos e federações de diversos sectores.

Internacional

Libano — o genocídio

Um frémito de horror abalou o mundo, a estepefaccão galgou todas as fronteiras quando no sábado começaram a ser conhecidas as primeiras notícias da monstruosa carnificina nos campos de refugiados de Chatila e Sabra, em Beirute Ocidental.

Depois, numa sequência cada vez mais rápida, chegaram as informações que davam conta de cerca de dois mil mortos; os testemunhos dos corpos de velhos, mulheres e crianças assassinados nas ruas, nas casas, onde quer que foram encontrados; as declarações dos sobreviventes; as imagens do pesadelo que a televisão fez entrar em todas as casas onde o interesse pelo que se passa no mundo — mesmo numa óptica proençal — faz engolir diariamente o fel do Telejornal.

Desta vez as imagens falaram por si. Os corpos despedaçados nas ruas, os corpos ensanguentados dos que foram mortos durante o sono, a dor indescritível dos sobreviventes desta orgia sangrenta.

O horror cede aos poucos o lugar à revolta, à raiva, ao desejo de não ficar sentado a assistir a semelhante crime contra a Humanidade. E as perguntas surgem em catadupa: como é possível? quem são estes criminosos a que ainda chamam homens? porquê esta matança? que fazer para que tais crimes não se repitam mais?

Não será na Televisão que se encontrará resposta a estas interrogações. Ali sucedem-se as declarações de Washington e Tel-Aviv, as acusações e os

desmentidos, as declarações pomposas de boas intenções e as hipócritas manifestações de pesar dos primeiros responsáveis pelos massacres. Não um relato sério dos acontecimentos, de forma alguma uma análise rigorosa do que se passa naquela martirizada região do Médio Oriente.

E no entanto, bastaria seguir os movimentos das tropas sionistas no Libano desde a passada terça-feira para saber quem são os responsáveis deste terrível genocídio.

Morte de Gemayel, o pretexto

A responsabilidade do atentado que na passada terça-feira

vitimou Bechir Gemayel, líder das falanges libanesas, dificilmente poderá ser atribuída a outrém que não os próprios falangistas ou aos israelitas. Com efeito, ao quartel-general das forças de Gemayel apenas ti-

de explosivos que se não leva disfarçadamente nos bolsos.

E a quem serviu a morte de Bechir Gemayel? Antes de mais a Israel. É certo que o líder das falanges tinha sido "eleito" com o acordo dos sionistas, que o

Manif. em Lisboa

Sexta-feira, dia 24 de Setembro, às 19 horas, em Lisboa, frente à Embaixada de Israel, vai realizar-se uma manifestação de protesto contra os massacres de que o povo palestino está a ser vítima, e de solidariedade com os povos da Palestina e do Libano, e com a OLP.

Esta manifestação visa exprimir o repúdio das forças democráticas e do povo português por factos atrozes, considerados dos mais graves após a Segunda Guerra Mundial — como foi destacado à imprensa por representantes do Conselho Português para a Paz e Cooperação, promotor da iniciativa.

No Apelo divulgado afirma-se:

"Os executores do crime, milícias fascistas libanesas, agiram ao serviço do invasor e ocupante sionista. Israel participou e está envolvido directamente no genocídio. Partilha essa responsabilidade moral, política e material a administração Reagan dos Estados Unidos da América, que não só arma e financia Israel mas se assumiu como principal garante da retirada dos heróicos combatentes da Organização de Libertação da Palestina".

nham acesso membros das falanges e do exército israelita. Quem colocou no edifício mais de duzentos quilos de TNT teria deste modo de poder entrar e sair sem levantar suspeitas... mesmo carregando um volume

consideravam um bom meio de levar a bom termo os seus planos de "controlo" do Médio Oriente. Mas não é menos certo que os acontecimentos no Libano e designadamente os esforços de conciliação de todas as



PCP condena

Os comunistas portugueses exprimem a sua total repulsa e firme condenação pelos massacres perpetrados a frio pelas tropas sionistas de Israel e pelas fascistas libanesas nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, em Beirute Ocidental.

Os massacres de cerca de dois mil palestinianos (crianças, mulheres e velhos) ocorrem na sequência da criminosa invasão do Libano pelo exército israelita e de todo o cortejo de horrores resultantes dos bombardeamentos sobre populações indefesas que provocaram a morte de dezenas de milhar de libaneses e palestinianos e a quase total destruição de Beirute Ocidental.

Trata-se de um novo passo na aplicação da política de guerra e agressão gizada pelo imperialismo norte-americano e pelos dirigentes sionistas de Israel. Sem o apoio, a todos os níveis e em todos os domínios, do imperialismo norte-americano, não seria possível aos dirigentes sionistas levarem a cabo a invasão do Libano e perpetrarem tão hediondos crimes. Tal é a verdadeira face da política imperialista dos EUA, seja no Médio Oriente, na África Aus-

tral, na América Central e noutras regiões do globo onde procura sufocar a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

É urgente e possível pôr termo a tais crimes, é urgente e possível deter a política terrorista expansionista de Israel.

A Resistência Palestiniiana e a luta das forças patrióticas e progressistas libanesas apoiadas pela solidariedade internacional podem fazer recuar os agressores.

Os dirigentes sionistas de Israel não podem continuar a ignorar o clamor de repúdio da opinião pública internacional e a pisar impunemente as resoluções da ONU e outras instâncias da comunidade internacional. Face a esta escalada de terror tipicamente nazi é preciso agir sem demora.

Condenando o silêncio comprometedor do Governo AD face a tais crimes, o PCP exorta os trabalhadores, os democratas, as portuguesas e portugueses a exprimirem publicamente o seu repúdio perante os crimes sionistas e imperialistas no Libano.

O PCP exige a retirada imediata das tropas sionistas do Libano e o castigo dos autores dos massacres de Beirute. Exige que Israel retire de

todos os territórios árabes ocupados em 1967, de Gaza, da Cisjordânia, de Jerusalém, dos Montes Golan e se conforme com as decisões da ONU.

O PCP reitera a sua solidariedade para com o Movimento Nacional Libanês e o Partido Comunista Libanês, para com o povo libanês na sua luta contra a ameaça fascista, pela retirada das tropas sionistas invasoras, em defesa da unidade, integridade e soberania no Libano.

O PCP reitera a sua solidariedade para com a Organização de Libertação da Palestina e o povo palestiniano na sua luta pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais legítimos e, em particular, pela edificação do seu próprio Estado independente e soberano em território da Palestina.

O PCP reitera o seu apoio ao Partido Comunista de Israel e aos democratas israelitas que, enfrentando condições particularmente difíceis, lutam tenazmente contra a política de pilhagem e agressão terrorista do actual governo sionista.

20.9.82
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

As responsabilidades do sionismo e do imperialismo

As reacções internacionais à carnificina de Chatila e Sabra são unânimes na condenação de Israel. O governo de Begin não é poupado pela população israelita, que saiu para a rua acusando-o de assassino e exigindo a sua demissão. Os manifestantes foram dispersos pela polícia, o mesmo sucedendo nos territórios árabes ocupados onde manifestações e uma greve geral assinalaram o recrudescer dos confrontos sempre latentes com as forças sionistas. O saldo de prisões e feridos é ainda desconhecido, mas a revolta atingiu já um ponto difícil de controlar. Todos exigem a cabeça de Begin.

Shimon Peres, o dirigente trabalhista de Israel que apoiou a invasão do Libano, saiu agora a terreiro para reclamar a demissão de Begin e do ministro da Defesa Ariel Sharon, considerando-os responsáveis directa ou indirectamente pelos massacres.

Os próprios Estados Unidos, pela primeira vez na sua História, juntaram-se aos restantes membros do Conselho de Segurança da ONU para condenar o massacre de civis palestinianos de Beirute. Para o Libano segui-

ram já mais observadores das Nações Unidas e estuda-se a possibilidade de envio para Beirute de novo contingente de forças multinacionais que garantam a segurança da população. Por todo o lado se clama exigindo a saída das tropas israelitas.

Begin e o seu governo parecem isolados... como sempre acaba por acontecer aos peões do imperialismo, uma vez terminado o seu papel.

E no entanto as autoridades sionistas de Israel, sendo os

O massacre

O atentado contra a sede das falanges foi na terça-feira à noite. No dia seguinte, mal a imprensa confirmava a morte de Bechir, as tropas sionistas de Israel avançavam sobre Beirute Ocidental, violando os acordos que tinham presidido à saída da OLP da capital libanesa.

Com a aviação israelita a fazer voos rasantes simulando ataques, as tropas entraram nas ruas do lado ocidental ao som dos bombardeamentos, com tanques destruindo tudo o que encontravam pelo caminho, atirando com os veículos estacionados contra as casas, disparando primeiro e observando



O massacre

depois quantos habitantes restavam.

Na quinta-feira, como testemunham jornalistas e observadores internacionais que se encontravam na zona, o grande eixo leste-oeste que separa o centro de Beirute Ocidental da periferia sul e dos campos de refugiados, a "Corniche Nazra", estava completamente fechada pelo exército israelita. De acordo com as declarações dos sobreviventes dos campos de refugiados de Chatila e Sabra, bem como de pessoal de enfermagem e médicos estrangeiros

do hospital palestiniano de Acca, situado nas proximidades do acampamento de Chatila, as milícias libanesas do comandante Haddad, o mais fiel servidor de Israel no Libano, chegaram ao local no mesmo dia, uma vez completado o cerco pelos israelitas.

Na quinta-feira à noite começou a matança. Que continuou na sexta-feira e no sábado.

Quarenta e oito horas depois de ter começado o massacre, quando o número de mortos ultrapassava já largamente o milhar, um porta-voz oficial do go-

verno de Begin dizia que o exército israelita permitiu aos falangistas libaneses a entrada nos campos de refugiados para "fazerem a limpeza dos guerrilheiros da OLP", sendo "obrigado a intervir" quando se apercebeu de que a população civil estava a ser massacrada indiscriminadamente.

Quarenta e oito horas depois do exército israelita ter aberto "as portas" aos assassinos, de ter fechado o cerco para que não houvesse fuga possível, de escutar encantado o barulho da metralha...

responsáveis directos, não são as únicas a quem há que pedir contas pelo que se está a passar no Libano.

Podem ter sido as milícias de Haddad que cometeram o massacre de Chatila e Sabra, mas quem lhes forneceu as armas? Israel. E quem as fornece a Israel? Os Estados Unidos.

É difícil encontrar no mundo um país mais dependente dos Estados Unidos do que Israel, que desde sempre recebeu dos norte-americanos toda a ajuda militar, económica, política e diplomática de que necessita para sobreviver.

Actualmente, a ajuda militar e económica americana é estimada em cerca de 2,7 biliões de dólares anuais, o que representa uma média de 7 milhões diários, valor equivalente a 13 por cento do produto nacional bruto de Israel.

A aviação israelita compõe-se de 85 por cento de aviões ame-

ricanos; as suas forças blindadas têm 50 por cento de material americano; a artilharia, 90 por cento; só em peças sobressalentes são gastos cerca de 500 milhões de dólares; desde o retorno às condições anteriores ao Tratado de Camp David os fornecimentos militares cresceram em flecha, atingindo hoje, segundo dados norte-americanos, 2 biliões de dólares. E assim por diante.

Quem é pois mais responsável? Quem usa a arma ou quem a fornece?

No caso concreto de Israel, os Estados Unidos não podem sequer invocar desconhecimento dos fins a que se destina o armamento que fornecem, em tão boas condições.

Desde sempre as autoridades sionistas afirmaram o seu desejo de exterminar o povo palestiniano. Sempre recusaram falar sequer da criação de um Estado palestiniano independente,

como aconteceu de resto com os Estados Unidos, que continua sem reconhecer a OLP como representante única e legítima do seu povo.

Quem são pois os verdadeiros responsáveis, para além de Israel?

Como tem vindo a ser proposto pela União Soviética, impõe-se cada vez mais a realização de uma conferência internacional sobre a ocupação do Libano por Israel e a resolução do problema palestiniano. Também o Conselho Mundial da Paz assim o entende, pelo que tomou a iniciativa de convocar para Viena, para a próxima sexta-feira, uma conferência internacional sobre esta questão.

A situação no Médio Oriente diz hoje respeito a todos os povos amantes da paz. Israel e os seus aliados, em particular os Estados Unidos, não podem continuar impunemente a atentar contra a Humanidade.

Suécia, a derrota da direita terá a social-democracia aprendido a lição?

Seis anos após a sua queda, os sociais-democratas voltam a subir ao Poder na Suécia. Um regresso que antes do mais representa uma vitória da esquerda, uma clara recusa popular da política de direita prosseguida pelos partidos que abertamente defendem os interesses do capital, os partidos burgueses. Recusa tanto mais clara e significativa quanto foi grande a afluência às urnas — cerca de 90 por cento dos eleitores, e quanto é elevada a margem de vitória da social-democracia que, com os comunistas, detém a maioria absoluta no Parlamento.

Na verdade as condições de vida do povo sueco, e a própria realidade económica do país, têm-se vindo a degradar sucessivamente nestes últimos anos. Endividamento externo, exportação e fuga de capitais, estagnação dos investimentos produtivos, aumento dos despedimentos colectivos, deterioração da qualidade dos serviços de saúde, degradação das condições de vida dos reformados e das mais amplas massas da população — são traços de uma política abertamente antioperária e contra os interesses populares.

Alguns dados significativos são um défice orçamental da ordem dos 45 biliões de coroas (em 1979/80), uma acentuada recessão em ramos como a

construção naval, metalurgia, indústria mineira, ou ainda a quebra do volume de produção industrial, entre Outubro de 76 e Julho de 78, da ordem dos 6%, ou a diminuição das exportações numa média de 2,5% ao ano, entre 74 e 79.

Ainda em 1979, Lars Wollin, secretário de Estado para o Ministério da Economia e do Orçamento avaliava nestes termos a situação do país: «O encorajamento do capital privado, a desvalorização da coroa, os grandes créditos às empresas e às firmas, tudo isso melhorou consideravelmente a conjuntura e contribuiu para superar os fenómenos negativos que nos foram legados pelo governo social-democrata».

A prática indica que tais pala-

vas estão longe de reflectir a realidade e que o povo sueco de forma alguma partilha tal avaliação da orientação política imprimeada ao país nestes últimos seis anos. E a social-democracia, será a solução?

Quando Olof Palme foi afastado do governo

Em 1976, após 44 anos no Poder, os sociais-democratas, continuando embora a ser o maior partido nacional, são afastados do governo, em fun-

ção dos resultados eleitorais. Alguns factos ajudam a compreender o porquê de tal derrota da social-democracia, num país apresentado como exemplo dos êxitos da política dessa mesma social-democracia, a nível mundial.

Por exemplo. No início dos anos 60, 15 grandes grupos financeiros e industriais dirigiam praticamente a economia do país. Actualmente esses grupos são 7. É verdade que mercê das fusões aceleradas pelos partidos caracterizadamente bur-

Os partidos derrotados

Partido Conservador — Em 76, quando da vitória da direita, detinha 25% dos votos do eleitorado. O maior partido burguês. Defensor da política económica da Escola de Chicago e do neoliberalismo. Apostou na bipolarização da vida política nacional (entre conservadores e sociais-democratas). É apoiado pelo capital monopolista e pelas forças mais agressivas do capital sueco.

Partido Liberal — Em decomposição. A maioria dos seus apoiantes tem passado para o Partido Conservador.

Partido Centrista — Formado a partir da antiga «Liga Camponesa» defensora dos pequenos e médios agricultores. Na década de 60 começou a penetrar no eleitorado urbano.

Em 1976 estes três partidos, na Suécia chamados partidos «burgueses», formaram coligação. Posteriormente sistemáticos desentendimentos anularam a possibilidade de coligação, mas continuou a registar-se mútuo apoio e coordenação a nível político.

gueses no Poder. Mas não só. Tal evolução insere-se num processo que igualmente caracteriza a opção de fundo da social-democracia. Em 1976, no limiar da derrota do governo de Olof Palme, 88% dos assalariados pertenciam ao sector privado.

Os problemas agravaram-se com os governos de direita. Mas não surgiram com eles. Um facto que se pode constatar, tanto a nível da concentração do capital, como no que respeita à quebra do desenvolvimento económico, ou ainda no que se refere ao desemprego. Assim, entre 1968 e 1979, o número de desempregados duplicou — ou seja, trata-se de um processo, agravado sem dúvida, mas que não teve o seu início em 76.

Por isso mesmo os resultados eleitorais desse ano. Resultados que muito objectivamente representaram a queda do «modelo sueco», do «socialismo sueco», a falência de uma teoria de «colaboração de classes», erigida em prática quotidiana, e que não pôde resistir à crise da sociedade capitalista, crise adiada, mas inevitável, porque inerente a um sistema que de facto se manteve intacto.

E agora?

Em 1980 um milhão de trabalhadores esteve em greve na Suécia, o que representa metade da mão-de-obra nacional. No auge da luta quase 85% da indústria esteve paralisada. Nada de semelhante tinha acontecido na Suécia, mesmo comparativamente ao maior conflito laboral vivido no país, em 1909. As lutas dos mineiros das minas de carvão, em 1969 e dos operários da indústria de exploração florestal, em 1975, das maiores acções grevistas registadas no país, não mobilizaram mais de 5000-10 000 trabalhadores. Num país onde o recurso à greve é uma prática rara, um movimento grevista desta envergadura não pode deixar de ter um claro conteúdo político, representando uma contestação evidente da orientação seguida ao nível do Poder. Representando por outro lado a recusa do princípio de «conciliação de classes». Aliás não por acaso nessa altura um dirigente da Associação patronal falou abertamente na necessidade de converter o direito à

greve numa «questão discuti-

vel».

Entretanto, no último Congresso do Partido Social-Democrata da Suécia, não surgiram quaisquer medidas no sentido de limitar o poder dos monopólios. Recusa-se expressamente a nacionalização da banca. Insiste-se na linha de «participação» dos trabalhadores nos lucros das empresas: «os trabalhadores estão prontos a con-

sentir sacrifícios para favorecer a expansão e a modernização da indústria, mas desejam em contrapartida gozar de uma mais larga influência sobre a questão dos investimentos».

As grandes lições da derrota de 76 e das grandes lutas de 80 estão bem vivas. Estão presentes no sentido de um voto que recusa a política de direita, a política de defesa dos interesses do capital.

Os resultados eleitorais

Partidos	1976		1979		1982	
	lugares	%	lugares	%	lugares	%
Sociais-democratas	152	42,7	154	43,2	166	45,9
Comunistas	17	4,8	20	5,6	20	5,6
Conservadores	55	25,1	73	20,3	86	23,6
Centristas	80	24,1	64	18,1	56	15,5
Liberais	39	11,1	38	10,6	21	5,9